

TRAGÉDIA NO SUL



Reuters

CORREDOR



PMPA

A PREFEITURA DE PORTO ALEGRE FEZ A DEMOLIÇÃO DA PASSARELA JUNTO AO TÚNEL DA CONCEIÇÃO, utilizada por pedestres para chegar à rodoviária, na sexta-feira, 10. A medida envolve a criação de uma pista única de acesso provisória, com a colocação de pedras rachão e brita em cerca de 300 metros da Avenida Castelo Branco, que está parcialmente encoberta pela inundação. **PÁGINA 8**

Dos 32 municípios perto do Rio Uruguai, 15 têm problema com inundação

Cidades gaúchas vão mudar bairros de lugar

Em Barra do Rio Azul, a nova área urbana ficará a 600 metros do centro. O plano é dar os lotes como permuta pelos terrenos ocupados atualmente

Ao menos três cidades que foram severamente atingidas pelas enchentes do Rio Grande do Sul planejam mudar parte da área urbana para fora da região sujeita a inundações. São localidades de pequeno porte, situadas em calhas de rios, e que enfrentaram de dois a quatro desastres naturais em menos de um ano. Em coletiva de imprensa na sexta-feira, 10, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), afirmou ter solicitado que o levantamento de impactos da Defesa Civil também incluía a identificação de locali-

dades que possam eventualmente não ter mais população fixa. "Isso está no nosso radar e no nosso plano de ação. Teremos um olhar específico para aquelas cidades que terão a necessidade de um planejamento excepcional de transferência de locais inteiros, o que vai envolver um custo multibilionário para as necessidades de indenizações para as pessoas que vivem nesses lugares e transferência para um novo lugar, que deveria ser também urbanizado. Nós entendemos que é pertinente para algumas cidades, algumas localidades críticas. Aí vamos buscar a condição de fazê-lo", disse Leite. **PÁGINA 8**

FLEXIBILIZAÇÕES



Gustavo Mansur - Palácio Piratini

A DIRETORIA DA ANP DECIDIU REDUZIR A ABRANGÊNCIA DA FLEXIBILIZAÇÃO TEMPORÁRIA da mistura de biodiesel ao óleo diesel e do etanol à gasolina a apenas as quatro cidades mais afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul, devido à percepção de que a situação do abastecimento no restante do Estado se estabilizou. As flexibilizações valem apenas para os municípios de Canoas, Esteio, Rio Grande e Santa Maria. **PÁGINA B1**

DANOS



Reuters

Chuva interrompe colheita da safra no RS e prejudica soja

As chuvas no Rio Grande do Sul interromperam a colheita da safra e os danos provocados pelas enchentes foram, sobretudo, em soja, arroz e feijão. Houve danos significativos nas pastagens e interrupção da produção leiteira. Algumas infraestruturas de armazenagem de grãos também foram danificadas, o que pode afetar a produção colhida anteriormente. **PÁGINA 3**

HABITAÇÃO

Lula entrega 914 moradias em Maceió

O presidente Lula participou, na sexta-feira (10), da cerimônia de entrega de 914 apartamentos do Conjunto Residencial Parque da Lagoa, em Maceió, Alagoas. O empreendimento vai beneficiar famílias ribeirinhas da comunidade

de Vergel, em uma área às margens da Lagoa Mundaú, que está sendo revitalizada. "Eu criei o Minha Casa, Minha Vida porque era necessário acabar com a desgraça que vive o povo pobre deste país." **PÁGINA 7**

GUERRA

Rússia tenta avançar no norte da Ucrânia

A Ucrânia enviou reforços para sua fronteira norte, depois que forças russas tentaram romper as linhas ucranianas em vários ataques à cidade de Kharkiv, aplicando nova pressão so-

bre tropas já esticadas ao longo da fronteira com a Rússia. O ataque forçou as autoridades ucranianas a iniciarem uma retirada dos cerca de 3 mil civis da região. **PÁGINA 5**

ENERGIA



O MINISTRO DE MINAS E ENERGIA, ALEXANDRE SILVEIRA, AFIRMOU QUE O GOVERNO FEDERAL AVALIA MEDIDAS a serem adotadas para reduzir o impacto econômico aos moradores do Rio Grande do Sul a partir das contas de energia elétrica. "Precisamos dimensionar os custos e, criativamente, se possível com recursos de eficiência energética". **PÁGINA 6**

IBOVESPA 127.599,57 ↓ 0,46%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
RUMO S.A. ON ED NM	20,98	+2,54%	+0,52
ALPARGATAS PN N1	10,29	+3,31%	+0,33
ALLOS ON ED NM	21,20	+2,96%	+0,61
ENERGISA UNT N2	47,56	+1,49%	+0,70
BRASIL ON NM	27,62	+1,77%	+0,48

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
MAGAZ LUIZA ON NM	1,54	-7,78%	-0,13
LOCALIZA ON NM	47,00	-5,15%	-2,55
YDUQS PART ON NM	15,61	-3,16%	-0,51
COGNA ON ON NM	2,07	-4,61%	-0,10
PETZ ON ED NM	4,52	-5,24%	-0,25

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
B3 ON NM	10,94	-2,41%	-0,27
PETROBRAS PN EDR N2	41,58	-0,22%	-0,09
LOCALIZA ON NM	47,00	-5,15%	-2,55
SUZANO S.A. ON NM	51,70	-1,90%	-1,00
VALE ON NM	64,29	-0,34%	-0,22

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	39.512,84	+0,32%
S&P 500	5.222,68	+8,60%
NASDAQ	16.340,87	-0,033%
DAX 30	18.772,85	+0,46%
FTSE 100	8.433,76	+0,63%
IBEX 35	11.105,50	+0,50%

DÓLAR COMERCIAL	
COMPRA	VENDA
5,157	5,157

PESO	
COMPRA	VENDA
0,006	0,006

EURO	
COMPRA	VENDA
5,554	5,555

LIBRA	
COMPRA	VENDA
6,460	6,464

OURO	
BM&FBovespa/Grana	Comex NY/Onça
R\$ 392,55	2.360,48

META

Inflação sobe 0,38% e registra o resultado mais baixo desde 2021

Os preços do grupo Transportes tiveram aumento de 0,14% em abril, após retração de 0,33% em março e deram uma contribuição positiva de 0,03 ponto percentual para o IPCA do mês

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou abril com alta de 0,38%, ante um avanço de 0,16% em março, informou na sexta-feira, 10, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A taxa acumulada pela inflação no ano ficou em 1,80% até abril. O resultado acumulado em 12 meses foi de 3,69% até abril, ante taxa de 3,93% até março.

A taxa acumulada do IPCA em 12 meses ficou pouco acima da mediana de 3,65% das estimativas, que iam de 3,51% a 3,93%.

Esse foi o resultado mais baixo para o mês desde 2021, quando ficou em 0,31%. A meta de inflação perseguida pelo Banco Central em 2024 é de 3,0%, com teto de tolerância de 4,50%.

Os preços do grupo Transportes subiram 0,14% em abril, após queda de 0,33% em março. O grupo deu uma contribuição positiva de 0,03 ponto percentual para o IPCA, que subiu 0,38% no mês. Em março, o conjunto de preços havia dado contribuição negativa de 0,07 ponto percentual para a taxa geral de 0,16%.

Os preços de combustíveis tiveram alta de 1,74% em abril, após avanço de 0,17% no mês anterior.

Agasolina subiu 1,50%, após ter registrado alta de 0,21% em março, enquanto o etanol avançou 4,56% nesta leitura, após alta de 0,55% na última.

As famílias brasileiras gastaram 0,01% a menos com Habitação em abril, uma contribuição nula (0,00 ponto percentual) para a taxa de 0,38% registrada pelo IPCA no mês. A energia elétrica recuou 0,46%, uma contribuição negativa de 0,02 ponto percentual no IPCA.

Houve reajustes tarifários em Salvador, de 1,63%, a partir de 22 de abril; em Aracaju, reajuste de 1,26%, a partir de 22 de abril; no Rio de Janeiro, reajustes de 3,84%, a partir de 15 de março, e de 2,76%, a partir de 19 de março, nas duas concessionárias pesquisadas; no Recife, reajuste de -2,64% a partir de 29 de abril; em Campo Grande, reajuste de -1,17%, a partir de 08 de abril; e em Fortaleza, reajuste de -2,92%, a partir de 22 de abril.

Segundo André Almeida, gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços do IBGE, a energia elétrica registrou reajustes positivos e negativos em diferentes áreas pesquisadas em abril, mas houve influência também de variações em impostos que incidem sobre a conta de luz. Houve um aumento de INSS localizado em uma região, mas queda de PIS/Cofins em diferentes áreas investigadas.

"Teve queda de PIS/Cofins em diversas áreas da pesquisa, o que contribuiu para a queda na média do Brasil", disse Almeida.

NAVEGAÇÃO



Marcelo Camargo - Agência Brasil

Mercadante: "a ONU é mandatária sobre navegação e espaço aéreo. No espaço aéreo, já estão dados a data e o volume do combustível renovável que terá que ser adotado a partir de 2027"

Mercadante afirma que navio receberá multa se não descarbonizar combustível

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, chamou a atenção sobre mudanças nos combustíveis para a navegação e a aviação. As regras são definidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), que vem adotando medidas com o objetivo de reduzir as emissões de carbono, num esforço para mitigar os efeitos do aquecimento global. De acordo com Mercadante, o país precisa estar preparado, e o BNDES vem se debruçando sobre a questão.

"A ONU é mandatária sobre navegação e espaço aéreo. No espaço aéreo, já estão dados a data e o volume do combustível renovável que terá que ser adotado a partir de 2027. Nós estamos financiando a produção de SAF, que é o combustível sustentável da aviação", disse Mercadante, durante apresentação do balanço financeiro do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2024.

Em sua visão, a maior preocupação envolve, no entanto, a navegação marítima. "Cerca de 90% de todo o trans-

porte de mercadorias do planeta são feitos por navios. Eles terão muitas se não descarbonizarem o combustível. E temos um problema logístico para chegar, por exemplo, à China. Nosso navio demora muito mais tempo do que, por exemplo, o da Austrália. Com isso, podocadores, empurradores para transporte de grãos e minério, entre outras embarcações.

Uma das ferramentas que o país possui para fomentar essa transição energética é o Fundo da Marinha Mercante, que existe desde 1958 e é voltado para promover o desenvolvimento da marinha mercante e da indústria naval nacional. São vários gestores, mas o BNDES responde por 75%. Segundo Mercadante, por meio do fundo, estão em processo de contratação R\$6,6 bilhões, envolvendo balsas, empurradores para transporte de grãos e minério, entre outras embarcações.

Apesar dos desafios, ele vê uma oportunidade. "No curto prazo, para adaptar os navios, a melhor resposta é o etanol e o metanol, dos quais o Bra-

sil é o segundo maior produtor. Nós temos a produção de etanol mais evoluída, que é o de segunda geração. É o mais eficiente, o que mais descarboniza. Podemos entrar nesse mercado". O presidente do BNDES afirmou que, para atender à demanda, será preciso dobrar a produção de etanol no Brasil.

O BNDES também está estudando uma forma de apoiar as empresas aéreas, tendo em vista que o setor ainda sente os prejuízos acumulados ao longo da pandemia de covid-19, quando as medidas de distanciamento social reduziram drasticamente a locomoção das pessoas, incluindo o transporte para negócios e turismo. A alternativa que vem sendo discutida envolve o Fundo Nacional da Aviação Civil (FNAC). Ele conta com recursos de contribuições provenientes das atividades ligadas ao próprio setor. "Esse fundo poderia ser acionado como garantidor para que possamos operar e oferecer crédito. Temos uma discussão em andamento", diz Mercadante.

Segundo ele, as empresas vivem um bom momento. "Elas estão bem.

O faturamento é crescente, os resultados são excelentes. Mas elas têm um passivo da pandemia. Os aviões ficaram no chão praticamente um ano e elas pagando leasing, tendo que manter equipes de profissionais, pagando taxas aeroportuárias. Foram custos muito pesados e as empresas sem faturamento. O Brasil não adotou nenhuma medida naquele período".

Mercadante também afirmou que, em diversos países, o setor recebeu apoio para suportar os prejuízos do período. "Depois da pandemia de covid-19, houve subsídios à aviação no mundo inteiro. Houve nos Estados Unidos, em quase todos os países europeus, na Índia e em outros. A China sempre fez isso. E é muito importante para um país do tamanho do Brasil ter o setor estruturado. A gente não chega em muitos locais importantes do território nacional se não tiver empresas que tenham uma visão sistêmica do país e que deem prioridade ao Brasil. A disposição do BNDES é contribuir para que essas empresas resolvam a situação".

Ainda no grupo Habitação, a taxa de água e esgoto subiu 0,09%, influenciada pelo reajuste de 1,95% em Goiânia a partir de 1º de abril.

As famílias brasileiras gastaram 1,16% a mais com Saúde e Cuidados Pessoais em abril, uma contribuição de 0,15 ponto percentual para a taxa de 0,38% registrada pelo IPCA no mês.

O avanço foi influenciado por reajustes do plano de saúde (0,76%, impacto de 0,03 ponto percentual), mas, sobretudo, dos

produtos farmacêuticos.

Em decorrência da autorização do reajuste de até 4,50% nos preços dos medicamentos, a partir de 31 de março, os produtos farmacêuticos aumentaram 2,84% em abril, uma contribuição de 0,10 ponto percentual para o IPCA.

Os destaques foram as altas do antibiótico (4,19%), do anti-infeccioso e antibiótico (3,49%) e do hipotensor e hipocolesterolêmico (3,34%).

A inflação de serviços - usada

como termômetro de pressões de demanda sobre os preços - passou de um aumento de 0,10% em março para uma alta de 0,05% em abril.

"No mês de abril, a demanda por serviços turísticos é mais baixa em relação ao início do ano, meses de férias, meses de verão. Pode ser um fator que explica a queda em itens de turismo", disse André Almeida.

Já os preços de itens monitorados pelo governo saíram de alta de 0,25% em março para

aumento de 0,74% em abril.

No acumulado em 12 meses, a inflação de serviços passou de 5,09% em março para 4,60% em abril, a mais baixa desde setembro de 2021, quando estava em 4,41%. Segundo Almeida, a inflação de serviços vem desacelerando desde meados de 2022.

"A gente tem trajetória de desaceleração da inflação de serviços já consolidada desde o ano passado, isso permanece em 2024", lembrou o pesquisador. "Embora a gente tenha

observado essa desaceleração da inflação de serviços, ela permanece acima da inflação geral em 12 meses", ponderou.

A inflação de monitorados em 12 meses saiu de 6,39% em março para 6,26% em abril.

"O que ajudou a puxar a inflação no mês de abril foram os monitorados e os alimentos", ressaltou Almeida. "Os fatores que influenciaram para essa aceleração em abril foram os medicamentos e também os alimentos", confirmou.

Diário DC Comercial

Propriedade de Editora Diário Comercial Ltda

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTASDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br

PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 LL nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

INUNDAÇÃO

Chuva interrompe colheita da safra no RS e prejudica soja

A produção de hortigranjeiros foi drasticamente atingida, pois há grande concentração de produtos na zona submersa e houve danos significativos nas pastagens

As chuvas no Rio Grande do Sul interromperam a colheita da safra e os danos provocados pelas enchentes foram, sobretudo, em soja, arroz e feijão 2ª safra, informou a Emater/RS. "Em lavouras com topografia declivosa, a precipitação intensa causou erosão, formando sulcos particularmente em áreas com práticas inadequadas de manejo do solo e da água. A produção de hortigranjeiros foi drasticamente atingida, pois há grande concentração de produtos na zona submersa", disse em nota.

Houve danos significativos nas pastagens, morte de animais e interrupção da produção leiteira. A empresa destaca danos em infraestruturas, incluindo a destruição de estradas, pontilhões e pontes, o que dificultará a logística de transporte da produção. "Registraram-se também casos de inundação e destruição de estruturas de produção, como estufas de hortícolas, estâbulos, salas de ordenha, silos e armazéns de grãos."

A avaliação é parcial, dadas as limitações atuais.

Até o início das intensas precipitações, entre 29 de abril e 4 de maio, a colheita de soja atingia 76% da área com produtividade satisfatória, "chegando a picos excelentes de 400 quilos por hectare", segundo a Emater, ou 3.000 kg/ha, em média. "No entanto, em razão do evento climático adverso, que impediu a realização da colheita em vários períodos, a perspectiva da operação para as áreas restantes (24%) mudou abruptamente, e as perdas de produção serão elevadas, podendo atingir até 100% das áreas remanescentes. Algumas infraestruturas de armazenagem de grãos também foram danificadas, o que pode afetar a produção colhida anteriormente."

No caso do milho, com 86% da área colhida antes da chuva, também é esperado prejuízo. "Em grande parte do Estado, as elevadas precipitações em curtos períodos não apenas inviabilizaram a colheita como também decorreram em perdas significativas para a cultura do milho. As regiões administrativas da Emater/RS-Ascar de Lajeado e Caxias do Sul apresentaram prejuízos expressivos, que chegaram a 100%, em algumas lavouras."

As condições climáticas foram desfavoráveis ao feijão segunda safra. "As atividades de manejo e colheita e os tratamentos culturais foram suspensos. Inicialmente, as lavouras estavam se desenvolvendo normalmente em razão de condições ambientais adequadas, incluindo temperaturas, radiação solar e chuvas regulares. Contudo, o elevado volume pluviométrico e a umidade atmosférica, ocorridos no período, comprometeram a qualidade dos grãos nas lavouras em estágio de maturação", destacou a Emater. A área cultivada em 2ª safra, no Estado, está estimada em 19.900 hectares, e a produtividade deverá ser inferior à projetada de 1.568 kg/ha.

A continuidade da colheita de arroz, que atingia 60%, foi comprometida. "O cenário foi agravado pela característica do cultivo, localizado em áreas de várzeas, onde o acesso torna-se mais difícil e onde estão concentrados os principais pontos de alagamento nas proprieda-



Até o início das intensas precipitações, entre 29 de abril e 4 de maio, a colheita de soja atingia 76% da área com produtividade satisfatória

ESPECULAÇÕES

Associações dizem que estoque de arroz para o Brasil está garantido

Produtores de arroz e supermercados informam que não há risco de desabastecimento do grão no Brasil, apesar das enchentes no Rio Grande do Sul, estado responsável por 70% da produção nacional. A garantia é da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz) e da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS).

Diante do risco de haver especulação – e aumento da procura pelo produto, por consumidores preocupados em estocar arroz, para o caso de uma eventual falta nos mercados – o governo federal publicou, no Diário Oficial da União de sexta-feira (10), uma medida provisória que autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) a importar até 1 milhão de toneladas de arroz beneficiado ou em casca, por meio de leilões públicos, para recompor os estoques públicos.

De acordo com a MP, os estoques terão, como destino preferencial, pequenos varejistas das regiões metropolitanas, "dispensada a utilização de leilões em bolsas de mercadorias ou licitação pública para venda direta".

A expectativa é de que, na primeira etapa, sejam compradas 200 mil toneladas de arroz, que devem ser importados dos países vizinhos do Mercosul, como Argentina, Uruguai e Paraguai, e eventualmente da Bolívia.

Segundo a Federarroz, a colheita no RS abrange, até o momento, 83% do total da área prevista para a safra. A entidade acrescenta que o produto colhido apresenta "boa qualidade e produtividade, o que garante o abastecimento dos brasileiros".

Presidente da entidade, Alexandre Velho disse que as

des de produção. Adicionalmente, ocorreram problemas para a secagem dos grãos, o que resulta na perda de qualidade e rendimento, seja por falta de energia para as propriedades com silos próprios, seja pela demora no transporte dos grãos das lavouras até os locais de armazenagem em função de problemas nas estradas", disse.

Conforme a empresa, na região de Soledade, grande



Arroz: os estoques terão, como destino preferencial, pequenos varejistas

parte das lavouras de arroz foi inundada pelas cheias e, após a normalização da situação, será realizada uma avaliação dos níveis de perdas e da qualidade do grão. "As avaliações preliminares indicam perdas totais. Há registros, no Baixo Vale do Rio Pardo, de silos com arroz armazenado que foram parcialmente alagados na parte inferior."

Em relação às pastagens, as chuvas intensas e enchen-

tes causaram danos significativos em praticamente todo o Estado. "Desde a dificuldade na sementeira e no desenvolvimento até a perda de culturas já implantadas, as condições climáticas adversas comprometeram a disponibilidade e a qualidade das pastagens para o gado."

Em várias regiões, o enchimento das pastagens tem deixado o pastoreio inviável e compromete a oferta de

alimento para o gado, informou a Emater. "Além disso, as enchentes têm prejudicado o acesso às propriedades, impedindo o transporte do leite e afetando a coleta e o escoamento da produção. A falta de energia foi um problema e exigiu o uso de geradores." A coleta de leite está sendo comprometida em várias localidades. Estima-se que mais de 50% da produção não esteja sendo escoada.

Em caráter preventivo, a Abras manifestou apoio à abertura da importação anunciada pelo governo federal para completar o abastecimento da população brasileira.

áreas onde a colheita já foi feita apresentam boas médias de produtividade. "Já temos um bom volume de arroz e mesmo que a gente tenha dificuldades na colheita deste saldo que falta colher, certamente o Rio Grande do Sul tem plenas condições de colher uma safra bem acima dos sete milhões de toneladas", disse.

"Embora tenhamos este grande problema com relação à colheita do que falta, nós temos plenas condições de afirmar que nós não temos problemas com relação ao abastecimento do mercado interno", acrescentou.

Segundo ele, há um "problema momentâneo de logística", principalmente na ligação com o interior do estado, mas a ligação com os grandes centros, por meio da BR-101, está normal. "Temos bastante arroz para deslocar para as regiões centrais do Brasil. Então não existe qualquer problema com relação ao abastecimento ou uma necessidade urgente de importação", complementou.

Na mesma linha dos rizicultores, a Associação Brasileira de Supermercados informou estar normalizado o abastecimento no varejo, "com diversas marcas, preços e promoções para atender à demanda de consumo tanto nas lojas físicas quanto pelo e-commerce".

A entidade, no entanto, recomenda, aos consumidores, que não façam estoques em casa para que todos tenham acesso contínuo ao produto.

Em caráter preventivo, a Abras manifestou apoio à abertura da importação anunciada pelo governo federal para completar o abastecimento da população brasileira.

RETOMADA

Ouro Fino teve lucro ajustado de R\$ 8,8 milhões

A Ouro Fino Saúde Animal teve lucro líquido ajustado de R\$ 8,8 milhões no primeiro trimestre deste ano, informou a companhia na quinta-feira, 9, depois do fechamento do mercado financeiro. Em igual período do ano passado, a empresa teve prejuízo de R\$ 3,4 milhões.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado no primeiro trimestre cresceu 706,1% na comparação anual, para R\$ 24,2 milhões. Já a receita líquida aumentou 6,7%, para R\$ 178,4 milhões.

Segundo a Ouro Fino, o lucro líquido é reflexo da retomada do crescimento de receitas e lucro bruto e das reduções nas despesas gerais e administrativas.

A unidade de negócio de animais de produção apresentou receita líquida de R\$ 125,5 milhões no primeiro trimestre de 2024, aumento de 12,7% em relação a igual período do ano passado.

A Ouro Fino lembrou que o segmento foi dividido em duas diretorias: bovinos e equinos e aves e suínos.

"O crescimento de vendas da unidade de negócio já reflete o maior foco das operações e foi impactado positivamente pelo desempenho do segmento de aves e suínos, que tem como característica um perfil mais técnico, de grandes granjas e B2B", disse a empresa em comunicado. "Em bovinos e equinos, crescemos em volume de vendas dos produtos de linha, no entanto registramos vendas abaixo do esperado na linha de produtos para reprodução."

Em animais de companhia, a receita líquida aumentou 16,3%, para R\$ 33,9 milhões. "Conforme vínhamos relatando nos trimestres anteriores, o mercado de animais de companhia vinha passando por um processo de desaceleração que levaria o crescimento aos níveis pré-pandemia", disse a Ouro Fino. "No primeiro trimestre pudemos identificar com maior clareza essa estabilização e que nos permitiu registrar, pelo segundo trimestre consecutivo, crescimento de dois dígitos nas receitas da unidade de negócio."

A receita líquida nas operações internacionais caiu 28,8% ante o primeiro trimestre de 2023, para R\$ 19 milhões.

Segundo a companhia, o desempenho ficou abaixo do esperado no México e na Colômbia. Além disso, para os demais países, houve uma redução dos volumes de vacina contra febre aftosa, disse a Ouro Fino.

O resultado financeiro líquido no primeiro trimestre de 2024 ficou negativo em R\$ 1,2 milhão, em comparação a um resultado negativo de R\$ 4 milhões um ano antes.

O setor de distribuição é um grande e essencial player da cadeia do agronegócio. É dessa forma que os defensivos agrícolas, fertilizantes, implementos e outros insumos chegam até os produtores. Com as constantes mudanças e evoluções do mercado, é importante que os distribuidores acompanhem este processo e é, justamente isso, que a Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (Andav) se propõe a fazer.

Dessa forma, Paulo Tiburcio, presidente executivo da Andav, trouxe um panorama dos desafios para o ano e as oportunidades para o progresso da agricultura brasileira.

De acordo com Tiburcio, os processos de consolidação no setor de distribuição são naturais. Isso porque outros mercados, especialmente no varejo, passaram por esse processo e com este player do agronegócio não seria diferente.

"Observamos que este setor tem gerado grandes recursos e demonstra um crescimento em médio e longo prazo muito alto. De maneira natural, isso contribui para atrair investimentos para o país", comenta.

MIX DE VENDAS

Lucro da Camil avançou 572% no quarto trimestre

O segmento alimentício internacional obteve receita 9,3% maior, de R\$ 2,858 bilhões, mas o volume de produtos vendidos recuou 0,6%

A Camil Alimentos, multinacional de origem brasileira, obteve lucro líquido de R\$ 106,6 milhões no quarto trimestre fiscal de 2023, encerrado em fevereiro, informou a empresa na quinta-feira, 9, depois do fechamento do mercado financeiro. O resultado representa alta de 572% ante igual período do ano passado, quando a companhia registrou lucro de R\$ 15,9 milhões. O lucro por ação atingiu R\$ 0,30 no quarto trimestre. A companhia atua em arroz, feijão, café, açúcar, massas, pescados e biscoitos.

Já a receita líquida aumentou 6,8%, de R\$ 2,512 bilhões para R\$ 2,682 bilhões no quarto trimestre fiscal de 2023. No segmento alimentício Brasil, a receita aumentou 6,8%, para R\$ 2,101 bilhões. O segmento alimentício internacional obteve receita líquida também 6,8% maior, de R\$ 581,2 milhões.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) cresceu 61,7% na mesma comparação, de R\$ 157,0 milhões para R\$ 253,8 milhões. Já a margem Ebitda avançou 3,2 pontos percentuais do quarto trimestre fiscal de 2022 para o quarto trimestre fiscal deste ano, encerrando o período em 9,5%.

A alavancagem (relação entre dívida líquida e Ebitda) terminou o quarto trimestre fiscal de 2023 em 2,9 vezes ante 3 vezes de igual período do ano fiscal anterior. No período, a companhia investiu (Capex) R\$ 86,3 milhões, 12,4% menos que no quarto trimestre fiscal de 2022.

A Camil Alimentos reportou lucro líquido de R\$ 360,5 milhões no ano de 2023, 1,9% maior na comparação com 2022, quando a empresa reportou lucro líquido de R\$ 353,7 milhões. O Ebitda da companhia atingiu R\$ 914



Camil Alimentos: o desempenho do Brasil, que cresceu 2,8% em volume vendido no ano fiscal de 2023, compensou a queda de 4% do segmento internacional

milhões, recuou de 0,6% frente aos R\$ 919,8 milhões do ano anterior. A margem Ebitda ficou em 8,1%, ante 9% de um ano antes, queda de 0,9 ponto porcentual. A alavancagem da empresa (relação entre dívida líquida e Ebitda) ficou em 2,9 vezes, ante 3 vezes reportada ao fim de 2022.

Já a receita líquida foi recorde e avançou 10,2% na

comparação anual, alcançando R\$ 11,250 bilhões em 2023, ante R\$ 10,206 bilhões de 2022. No segmento alimentício Brasil, a receita aumentou 10,5%, para R\$ 8,392 bilhões.

O segmento alimentício internacional obteve receita líquida 9,3% maior, de R\$ 2,858 bilhões. O volume de produtos comercializado pela empresa no ano recuou 0,6%,

para 2,192 milhões de toneladas. O desempenho do Brasil, que cresceu 2,8% em volume vendido no ano fiscal de 2023, compensou a queda de 4% do segmento internacional no ano.

No ano, a empresa investiu R\$ 290,5 milhões, 27,5% menos que em 2022, quando aplicou R\$ 400,6 milhões. Em 2023, os aportes foram dire-

cionados especialmente para a expansão da capacidade de café, massas e internacional.

No comunicado divulgado aos investidores, o diretor presidente da Camil, Luciano Quartiero, destacou que a receita líquida foi recorde no ano fiscal de 2023, atribuindo parte do desempenho às categorias de maior valor agregado - negócios adquiridos recente-

mente pela Camil.

"Na categoria de alto valor, composta por pescados, massas, café e biscoitos, apresentamos crescimento de volume de 25% frente ao ano anterior, principalmente pela entrada na categoria de biscoitos e constante crescimento nos volumes de café torrado e moído", afirmou Quartiero.

O executivo citou que a empresa está focada em ampliar os volumes de massas e a participação da categoria no mix de vendas da companhia.

No segmento de café, segundo Quartiero, a marca União alcançou em 2023 4% de participação de mercado em São Paulo e Rio de Janeiro e concluiu expansão para todo o País. A ampliação da capacidade de fabricação de café foi concluída no último ano fiscal pela companhia, informou Quartiero. "Com as expansões de massas e cafés, em adição à operação de biscoitos que detém capacidade para dobrar de tamanho em vendas, acreditamos que estamos bem posicionados para impulsionar oportunidades de expansão de vendas das categorias de alto valor para os nossos negócios - tanto em volume, quanto em expansão de rentabilidade", adiantou o CEO.

Em relação ao segmento de alto giro, formado por grãos e açúcar, o CEO apontou que o resultado foi beneficiado pelas altas dos preços de arroz no segundo semestre de 2023.

"O açúcar, por sua vez, operou abaixo do potencial esse ano. Operamos no varejo de açúcar em um cenário desafiador, e tomamos medidas para minimizar esses efeitos, conforme observado nos volumes de açúcar com a continuidade das operações de exportações", observou Quartiero.

Quanto ao mercado internacional, o CEO destacou que houve melhora na rentabilidade no Chile e no Peru, com investimentos realizados nos países.

SEGUROS

Arrecadação trimestral dos planos soma R\$ 47,1 bi em 2024

Relatório elaborado pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi) revela a manutenção da tendência de forte crescimento do setor no primeiro semestre deste ano. Somente nos três primeiros meses deste ano, os planos de previdência privada aberta alcançaram mais de R\$ 47,1 bilhões em prêmios e contribuições.

Este é o melhor resultado para o período analisado pela Fenaprevi, de uma série histórica iniciada em 2013, considerando o efeito da inflação. Comparado ao mesmo intervalo do ano passado, houve 19,8% de crescimento.

Os resgates registraram queda de 7,4%, na mesma base de comparação, somando R\$ 31,5 bilhões no trimestre.

Assim, a captação líquida (resultado da arrecadação descontados os resgates) totalizou R\$ 15,6 bilhões, 194,7% maior do que o primeiro trimestre de 2023.

Em ativos, o país possui mais de R\$ 1,4 trilhão, o que representam cerca de 13% do PIB.

Ainda segundo o relatório produzido pela Federação, ao final do primeiro trimestre de 2024 cerca de 11,1 milhões de pessoas possuíam um plano de previdência privada aberta, sendo que 20% na modalidade coletiva.

Ou seja, de acordo com os dados da Fenaprevi, ao todo são 2,3 milhões de pessoas em planos coletivos, o equivalente a 3,8% dos trabalhadores formais do país

no período.

Em números de planos comercializados, já são mais de 14 milhões no Brasil, sendo a maioria (8,8 milhões) de Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL; mais de três milhões de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, e outros 2,3 milhões são planos Tradicionais.

Em termos de volume de recursos, 92% do valor acumulado no primeiro trimestre foi em VGBL, 6% em PGBL e o restante (2%) em planos tradicionais.

Outro aspecto que também ganhou destaque nos últimos meses foi a aprovação de normas e a regulamentação de medidas que melhoram o ambiente de negócios para o segmento, conforme enfatiza Edson Franco, presidente da Fenaprevi.

"Estamos em um ano de grande avanço regulatório. Medidas como a adoção da adesão automática em planos previdenciários coletivos, respeitando a cláusula de saída; a possibilidade de o plano ser dado em garantia de empréstimos, mitigando a necessidade de resgates de recursos; o pagamento de rendas aos clientes de forma mais aderente às suas necessidades e desejos; bem como a escolha pelo regime de tributação no momento do primeiro resgate ou do benefício, têm como objetivo aumentar a proteção previdenciária e estimular a poupança de longo prazo", avalia o executivo da entidade de Previdência Privada e Vida.



iniciativa do Ministério da Agricultura e Pecuária propõe o fortalecimento do setor agropecuário

CNseg integra Câmara Temática para modernizar agropecuária

A Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) vai atuar como uma das 46 entidades que vão compor a recém-criada Câmara Temática de Modernização do Crédito e Instrumentos de Gestão de Risco do Agronegócio (CNA). A iniciativa do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) propõe o fortalecimento do setor agropecuário em todo o país, e deve aprimorar os mecanismos de financiamento privado, estimular a competitividade e diminuir custos para o produtor rural.

O diretor de relações institucionais da CNseg, Esteves Colnago, destacou sobre a importância de incluir representantes de diversos setores do país para debater a modernização desses instrumentos financeiros e a criação de novos mecanismos que atendam às necessidades do setor agrícola nos estados e municípios. "Parabenizamos o MAPA pois esta é

uma importante iniciativa para fomentar as discussões sobre os desafios que estamos passando e que iremos passar com as mudanças climáticas. A criação da Câmara Temática de Gestão de Risco do Agronegócio é um passo importante também para a construção de políticas públicas eficientes para o agronegócio brasileiro, promovendo a segurança e o desenvolvimento sustentável do setor", afirmou.

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, informa que o colegiado irá desenvolver modelos de financiamento para irrigar o mercado e fazer a agropecuária crescer ainda mais. "Essa Câmara cumpre o papel de pensar novas formas de financiamento para que a agropecuária cumpra o grande papel de gerar oportunidades, empregos e renda para o povo brasileiro", ressaltou.

Entidades do setor trabalham em prol do Rio Grande do Sul

O Clube dos Corretores de Seguros do Rio de Janeiro (CCS-RJ) lançou campanha de doações destinada aos colaboradores e familiares das seguradoras parceiras MBM e Sabemi do Rio Grande do Sul.

"O estado está vivendo uma tragédia climática sem precedentes. Estamos vendo diariamente pela imprensa a quantidade de pessoas desabrigadas e desalojadas. Não poderíamos deixar de fazer a nossa parte, reunindo doações para minimizar tanto sofrimento", diz Fátima Monteiro, presidente do CCS-RJ.

Para participar da campanha, basta doar qualquer valor fazendo um PIX para: 11.089.052/0001-00.

O Clube Vida em Grupo do Rio de Janeiro (CVG-RJ) está unindo esforços para minimizar um pouco do sofrimento por que passa a população do Rio Grande do Sul.

"O Clube está aderindo ao movimento que une as entidades do mercado de seguros para auxiliar as famílias que estão desabrigadas, através de doações que estão sendo concentradas numa conta PIX única, aberta pelo Sindicato das Empresas de Seguros do RS", fala Edson Calheiros, presidente do CVG-RJ.

Segundo texto do comunicado publicado no site do Sindseg-RS, "o mercado de seguros presta auxílio aos afetados desde o início e, agora, une forças para arrecadar fundos e auxiliar na reconstrução dos lares daqueles que perderam tudo na enchente"

BOMBARDEIO

Rússia faz novo ataque e tenta avançar em Kharkiv

As autoridades ucranianas já esperavam algum tipo de mudança tática por parte dos russos, que continuam pressionando e obtendo avanços nas frentes sul e leste

A Ucrânia enviou reforços para sua fronteira norte na sexta-feira, 10, depois que forças russas tentaram romper as linhas ucranianas em vários ataques à cidade de Kharkiv, aplicando nova pressão sobre tropas já esticadas ao longo da fronteira com a Rússia. O ataque forçou as autoridades ucranianas a iniciarem uma retirada dos cerca de 3 mil civis da região, muitos que haviam retornado depois da bem-sucedida contraofensiva ucraniana em 2022.

As autoridades ucranianas já esperavam algum tipo de mudança tática por parte dos russos, que continuam pressionando e obtendo avanços nas frentes sul e leste do país, especialmente na região do Donbas. Uma frente tão intensa em Kharkiv, no entanto, não era uma certeza, já que se trata da segunda maior cidade ucraniana para um Exército russo igualmente impactado por uma guerra que já se arrasta há mais de dois anos.



O presidente Volodymyr Zelenskyy disse que as forças russas encontraram "nossas tropas, brigadas e artilharia", acrescentando que há uma batalha feroz nesta direção

Intensos bombardeios durante a madrugada visaram a cidade de Vovchansk, na região de Kharkiv e a menos de 5 km da fronteira com a Rússia, disse o governador regional, Oleh Syniehubov. O ataque matou pelo menos um civil e feriu outros cinco, levando as autoridades a começarem a retirada de civis.

Ao amanhecer, a infantaria russa tentou avançar nas defesas ucranianas perto de Vovchansk, disse o Ministério da Defesa ucraniano, acrescentando que havia mobilizado unidades de reserva para repelir o ataque. "Até agora, esses ataques foram repelidos e batalhas de intensidade variável estão em andamento", disse o ministério.

O presidente Volodymyr Zelenskyy, durante uma coletiva em Kiev com sua contraparte eslovaca, Zuzana Caputova, disse que as forças russas encontraram "nossas tropas, brigadas e artilharia", acrescentando: "Há uma batalha feroz nesta direção

- nós os enfrentamos com fogo."

Os combates continuavam na tarde de sexta. As forças ucranianas estão severamente esgotadas e com uma grave falta de munição em toda a frente, e era incerto o tipo de resistência que poderiam oferecer contra um avanço russo sustentado, caso ocorresse.

A amplitude e a intenção do avanço russo ao longo da fronteira permanecem incertas. Analistas militares disseram que a Rússia pode estar tentando forçar a Ucrânia a gastar recursos valiosos na defesa da região justo no momento em que os assaltos russos no leste da Ucrânia estão se intensificando.

Oficiais ucranianos e analistas militares ocidentais disseram que Moscou provavelmente carece do poder de combate para capturar Kharkiv. Um oficial militar sênior dos EUA descreveu os novos avanços russos mais como sondagens do que uma

pressão completa, mas reconheceu que a "névoa da guerra" ali tornava a situação incerta.

"Os ataques transfronteiriços iniciais parecem ser principalmente de infantaria e podem não ser o principal esforço russo," disse Michael Kofman, um pesquisador sênior no programa da Rússia e Eurásia no Carnegie Endowment for International Peace em Washington. Ele adicionou que o ataque era "mais provável de servir como um esforço de fixação, tensionando a defesa ucraniana que já sofre com a falta de pessoal." Forçar as autoridades ucranianas a retirar civis também causaria distúrbios e desviaria recursos.

Blogueiros militares russos disseram que a tentativa de avanço poderia marcar o início de uma tentativa russa de criar uma "zona de amortecimento" que o presidente Vladimir Putin prometeu estabelecer no início deste ano para interromper fre-

quentes ataques ucranianos a Belgorod e outras regiões de fronteira russas.

A Ucrânia havia dito anteriormente que estava ciente de que a Rússia estava reunindo milhares de tropas ao longo da fronteira nordeste, perto das regiões de Kharkiv e Sumy. Embora a mais recente ofensiva terrestre da Rússia tenha se concentrado em partes do leste da Ucrânia mais ao sul, oficiais de inteligência ucranianos disseram que também esperavam um ataque no nordeste.

O Exército russo também pode tentar cortar as principais rotas de abastecimento na área e tentar bloquear Kharkiv, que é lar de aproximadamente 1,1 milhão de pessoas e fica a apenas cerca de 30 quilômetros ao sul da fronteira.

As forças do Kremlin estão buscando explorar as escassez de munição e pessoal da Ucrânia após o fluxo de ajuda

militar do Ocidente a Kiev ter diminuído nos últimos meses e antes que o novo suporte prometido chegue.

O exército ucraniano está na defensiva ao longo da linha de frente de aproximadamente 1.000 km e está se apressando para construir linhas defensivas fortificadas antes do que os oficiais acreditam que será uma ofensiva russa maior. As forças ucranianas estão em desvantagem em infantaria, blindados e munição.

Não está claro se a Rússia capturou algum território. Um comandante ucraniano sênior disse que as forças de Kiev pararam uma incursão russa na direção de uma vila chamada Liptsi, a menos de um 1,5 km da fronteira na região de Kharkiv. Essa área agora era considerada uma zona cinzenta, significando que o combate era tão intenso e a situação tão fluida que era impossível dizer quem tinha controle.

CORTE DE JUROS

Bolsas da Europa fecham em alta, com a ata do BCE

As bolsas da Europa fecharam em alta na sexta-feira, 10, com impulso das perspectivas para a postura dos bancos centrais. A ata da última reunião do Banco Central Europeu (BCE) foi divulgada na sexta, e mostrou dirigentes que defendiam um corte de juros já neste encontro. Neste cenário, as bolsas de Londres, Frankfurt e Paris renovaram recordes históricos de fechamento. O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em alta de 0,77%, a 520,76 pontos.

O PIB do Reino Unido cresceu 0,6% no primeiro trimestre, o dobro do que se esperava, significando que a economia britânica superou a recessão em que havia entrado no fim do ano passado. Apenas em março, a produção industrial britânica teve leve avanço de 0,2%, ante previsão de estabilidade.

Os números do Reino Unido vieram um dia após o Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês) deixar seu juro básico inalterado em 5,25% pela sexta vez consecutiva, mas sinalizar que se prepara para começar a reduzir a taxa.

Analistas da Capital Economics preveem que o corte inicial do juro do BoE virá em junho. Mais cautelosos, os do ING apostam em agosto. Em Londres, o FTSE 100 fechou em alta de 0,63%, a 8 433,76 pontos.

Alguns dirigentes do BCE avaliaram que havia condições de cortar juros na reunião de política monetária de 10 e 11 de abril, quando os juros básicos da zona do euro ficaram inalterados pela quinta vez seguida, segundo ata do encontro publicada nesta sexta-feira. Na ocasião, porém, a grande maioria dos dirigentes optou por manter os juros e houve amplo consenso de que seria "prudente" aguardar até a próxima reunião, em junho, para obter mais evidências de que a inflação está caminhando para a meta oficial, - que é de taxa de 2% - de forma sustentada e oportuna, afirma o documento.

A ata da reunião de abril do BCE confirma que a autoridade monetária vai começar a reduzir juros em junho, a menos que surjam grandes surpresas nas próximas quatro semanas, segundo avaliação do ING.

De acordo com a Bloomberg, o dirigente do BCE Frank Elderson disse na sexta-feira que a autoridade provavelmente cortará juros em junho se a perspectiva de inflação for confirmada por novas projeções trimestrais.

Da temporada de balanços corporativos europeus, que está chegando ao fim, o destaque foi a Iveco, que teve forte avanço no lucro do primeiro trimestre e reafirmou projeções para o ano. A ação da fabricante italiana de caminhões e ônibus subiu 0,34% em Milão, onde o FTSE MIB avançou 0,93%, a 34.657,35 pontos. Em Frankfurt, o DAX fechou em alta de 0,38%, a 18.756,86 pontos.

Em Paris, o CAC 40 subiu 0,38%, a 8.219,14 pontos. Em Madri, o Ibex35 avançou 0,56%, a 11.111,80 pontos. Em Lisboa, o PSI 20 subiu 1,15%, a 6.911,82 pontos.

As bolsas asiáticas fecharam majoritariamente em alta na sexta-feira, acompanhando ganhos em Wall Street que vieram em meio a esperanças renovadas sobre cortes de juros nos EUA.

Liderando o viés positivo na Ásia, o índice Hang Seng saltou 2,30% em Hong Kong, a 18.963,68 pontos, atingindo o maior patamar desde agosto do ano passado, também impulsionado por reportagem da Bloomberg de que a China considera isentar investidores individuais do pagamento de impostos sobre dividendos obtidos com ações de Hong Kong compradas por meio do esquema de negociação "Stock Connect".

CONSELHO

ONU pressiona por admissão da Palestina como membro

A Assembleia Geral da ONU adotou uma resolução que eleva os direitos do Estado da Palestina no órgão, concedendo alguns dos direitos que os Estados-membros têm. Ainda assim, as autoridades palestinas seguem sem o poder de voto ou de apresentar sua candidatura aos órgãos das Nações Unidas.

A aprovação do texto, com 143 votos favoráveis, não concede a adesão da Palestina à ONU, uma vez que isso requer recomendações do Conselho de Segurança. Ao mesmo tempo, a Assembleia Geral determina que o Estado da Palestina é qualificado para tal status e recomenda que o Conselho de Segurança "reconsidere o assunto favoravelmente".

O texto teve nove votos contra de Argentina, República Tcheca, Hungria, Israel, Nauru,

Micronésia, Palau, Papua Nova Guiné e EUA, além de 25 abstenções.

De acordo com a resolução, esses direitos aprimorados entrarão em vigor a partir da 79ª sessão da Assembleia Geral, programada para iniciar na terça-feira, 10 de setembro de 2024.

A votação acontece após uma resolução sobre a admissão da Palestina como Estado-membro pleno da ONU ter sido vetada pelos Estados Unidos no Conselho de Segurança em 18 de abril. O texto, apresentado pela Argélia, membro não permanente, recebeu 12 votos a favor, com a abstenção da Suíça e do Reino Unido.

A resolução adotada na Assembleia Geral, que possui 193 membros com direitos iguais de voto, "recomenda" que

o Conselho de Segurança reconsidere favoravelmente a questão da admissão da Palestina, de acordo com o Artigo 4 da Carta da ONU referente à filiação e com o parecer consultivo emitido pela Corte Internacional de Justiça em 1948.

Na abertura da sessão, o presidente da Assembleia Geral, Dennis Francis, disse que a crise Israel-Palestina foi a crise original que o organismo mundial enfrentou quando foi fundado em 1946.

Ele adicionou que "a paz permaneceu ilusória e hoje se tornou uma situação insustentável que está se deteriorando em uma velocidade alarmante". Para Francis, isso está "trazendo incontáveis vítimas inocentes para o seu círculo mortal e empurrando a região ainda mais para a beira de uma catástrofe

em grande escala".

Ele pediu à comunidade internacional que siga atenta a situação que se desenrolou desde os ataques terroristas de 7 de outubro e a consequente devastação de Gaza pelos ataques israelenses.

"Hoje, vamos nos lembrar do legado do qual somos originários. Estamos orgulhosamente sobre os ombros daqueles que, há muitas décadas, reconheceram sua responsabilidade final de forjar uma paz que banirá o flagelo e o terror da guerra", pediu.

No anexo, o texto adotado nesta sexta-feira prevê em caráter excepcional e sem estabelecer um precedente, mudanças significativas no status do Estado da Palestina nas reuniões e conferências da Assembleia Geral, incluindo sua ordem

na lista de oradores e disposição dos assentos.

Isso não seria apenas de importância simbólica, mas sinalizaria uma mudança no peso diplomático da Palestina em todo o sistema da ONU. No entanto, a Assembleia Geral não concede à Palestina a condição de membro da ONU, pois isso requer uma recomendação do Conselho de Segurança.

O documento também observa que, como Estado observador, a Palestina não tem o direito de votar na Assembleia Geral ou de apresentar sua candidatura aos órgãos da ONU, como o Conselho de Segurança ou o Conselho Econômico e Social.

Agora, a questão do status da Palestina retornará ao Conselho de Segurança para nova consideração.

A reunião de sexta-feira é a continuação da 10ª Sessão Especial de Emergência, que foi convocada pela última vez em 12 de dezembro de 2023, tendo como pano de fundo o agravamento da crise em Gaza.

Naquela sessão, em uma resolução aprovada por maioria, a Assembleia Geral exigiu um cessar-fogo humanitário.

CUSTOS

Governo avalia reduzir conta de energia de moradores do RS

O ministro afirmou que o governo precisa dimensionar os custos e, se possível, com eficiência energética

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou na sexta-feira, 10, que o governo federal avalia medidas a serem adotadas para reduzir o impacto econômico aos moradores do Rio Grande do Sul a partir das contas de energia elétrica.

"Precisamos dimensionar os custos e, criativamente, se possível com recursos de eficiência energética, do suprimento de Itaipu, ou seja, dentro do próprio sistema elétrico, buscar soluções para reduzir o impacto econômico da tragédia", disse o ministro em entrevista à CNN.

"Não há de se falar de cobrar energia de pessoas em áreas alagadas. E também em regiões afetadas economicamente com essa tragédia", afirmou Silveira. Segundo o ministro, todas as frentes estão sendo avaliadas para definir o que poderá ser feito para alívio das cobranças.

O Rio Grande do Sul, que sofre com as piores enchentes de sua história, chegou a ter 560 mil unidades consumidoras com o serviço de energia elétrica interrompido. Na atualização de sexta-feira, 360 mil seguem sem energia, o que corresponde a cerca de 1,2 milhão de pessoas.

O ministro afirmou que as três barragens de rejeitos de carvão mineral do Rio Grande do Sul estão sendo monitoradas e seguras. "Estamos fazendo um trabalho de monitoramento integrado com o Estado", informou à CNN.

O governo gaúcho, juntamente com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o Operador Nacional do Sistema (ONS), atualiza, diariamente, o risco de rompimento de barragens no Estado.

Na quinta-feira, seis estavam com "risco de ruptura iminente", sendo três delas no município de Bento Gonçalves. Contudo, não são de rejeitos minerais.

Conforme o relatório mais recente da Agência Nacional de Mineração (ANM), o Rio Grande do Sul tem três barragens de rejeitos de carvão mineral. A maior delas é a Bacia de Finos da Mina do Recreio, em Butiá. Mais de 400 mil gaúchos estão fora de casa afetados pela maior tragédia climática do Estado.

Na sexta-feira, 10, a Defesa Civil divulgou que 337.116 pessoas estão desalojadas e outras 69.617 em abrigos. O aumento na quantidade de afetados pelas enchentes ocorre em um momento de elevação do nível da Lagoa dos Patos e queda de temperatura no Estado.

A Defesa Civil emitiu na noite de quinta-feira (9) um alerta com a orientação para quem mora em regiões próximas à lagoa, ou em áreas com histórico de alagamentos ou inundações, para que saiam de suas casas com antecedência e busquem um local seguro. No município de Rio Grande, por exemplo, vários bairros estão

inundados. As principais ruas do entorno do centro histórico estão bloqueadas.

O nível da lagoa vem aumentando nos últimos dias e chegou a 1,84m às 16h de quinta-feira em Rio Grande, de acordo com os registros do Serviço Geológico do Brasil.

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) em conjunto com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) também emitiram na quinta-feira uma nota técnica na qual alertam sobre os riscos geo-hidrológicos, sobretudo na região da Lagoa dos Patos, que recebe as águas dos rios e do Guaíba.

De acordo com os órgãos, o avanço de uma frente por Santa Catarina e a entrada de um ar mais frio pelo Rio Grande do Sul provocaram queda de temperatura no Estado e uma virada dos ventos "desfavorecendo o escoamento da água da lagoa em direção ao oceano, desta forma, a preparação dos municípios para inundações gradual na região de Pelotas, Rio Grande e arredores deve ser redobrada."

Ainda segundo o Inmet, as temperaturas mínimas variam de 4°C a 8°C nas regiões mais ao Sul do Estado. Nas demais áreas, as temperaturas mínimas variam de 10°C a 15°C. O frio é considerado um problema adicional em meio à tragédia climática por causa do risco de hipotermia às pessoas que ainda não foram resgatadas.

A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) informou que Gol, Latam e Azul ampliaram a oferta de voos e assentos para cidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, após o fechamento do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, por tempo indeterminado, em decorrência das inundações.

A malha emergencial, segundo a Abear, compreende, neste primeiro momento, seis aeroportos no Rio Grande do Sul e três em Santa Catarina. O funcionamento será entre os dias 14 e 30 de maio, no caso da Gol e da Latam, e entre 11 e 14 de maio, no caso da Azul.

A entidade disse ainda que a Base Aérea de Canoas passará por uma avaliação técnica conjunta da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e da Fraport, concessionária do Aeroporto Salgado Filho, e poderá receber voos comerciais, observados os requisitos de operação e segurança.

A Latam disponibilizou os seguintes voos diários adicionais: Guarulhos x Florianópolis, Florianópolis x Guarulhos, Guarulhos x Jaguaruna, Jaguaruna x Guarulhos, Guarulhos x Caxias do Sul e Caxias do Sul x Guarulhos.

Além disso, incluiu mais quatro frequências semanais entre Guarulhos x Caxias do Sul e Caxias do Sul x Guarulhos e duas frequências semanais entre Congonhas x Caxias do Sul e Caxias do Sul x Congonhas.



Silveira: "Não há de se falar de cobrar energia de pessoas em áreas alagadas"

Fabio Rodrigues-Pozzobon - Agência Brasil

AQUECIMENTO

Fatores humanos deixam RS suscetível a efeitos extremos

Os eventos extremos climáticos têm se intensificado em todo o mundo. No Brasil, os efeitos das ações humanas sobre o meio ambiente ficam evidenciados durante a atuação de fenômenos naturais como o El Niño e La Niña, que alternam períodos de extrema seca e chuvas intensas sobre o território nacional.

Segundo a diretora do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), Regina Alvalá, desde o início dos anos 2000, o La Niña tem atuado intensamente no Rio Grande do Sul causando sucessivos longos períodos de seca, até 2023. Ainda no início da configuração do El Niño, em junho daquele ano, o extremo manifestado mudou.

As águas do Oceano Pacífico Tropical, aquecidas pelos efeitos da mudança climática, liberaram mais vapor de água na atmosfera e iniciaram períodos de chuvas cada vez mais intensas. "As chuvas, principalmente na região metropolitana de Porto Alegre, culminaram em 16 mortes. Depois tivemos um outro grande desastre, no início de setembro, que registrou 54 mortes e mais quatro desaparecidos. E agora esse super desastre já com mais de 100 mortes, muitos ainda desaparecidos e com impactos em praticamente quase todo o estado."

Uma confluência de fatores deixa o estado do Rio Grande do Sul mais suscetível aos extremos causados pela mudança climática. A própria posição geográfica, a configuração das cidades e a falta de um programa eficiente de gestão de risco estão entre os fatores que favoreceram a catástrofe socioambiental vivida pelo estado.

"O Rio Grande do Sul está na extrema parte da região sul do Brasil, com fronteira ainda com países da América Latina. Então, em termos geográficos, está numa região que, quando consideramos a variabilidade climática, é uma região que acaba sendo, de fato, impactada por alternâncias de chuvas e secas", explica Regina.

O diretor de Clima e Sustentabilidade do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Osvaldo Moraes, sugere que uma forma de amenizar esses fatores é a existência de um programa de gestão de riscos e respostas

a desastres comandado pela Casa Civil do governo federal para que possibilitasse a articulação entre todos os ministérios que o tema envolve.

De acordo com Moraes, a gestão de riscos é composta por quatro elementos primordiais: monitoramento e alertas, preparação e resposta, comunicação, conhecimento e percepção do risco. "Nós conseguimos fazer a previsão do evento e emitir o alerta de que aquele evento pode ocorrer. E nós também estamos preparados para responder quando o evento acontece. Mas nos outros dois elementos nós não avançamos quase nada no Brasil", explica.

Criado há 13 anos, o Cemaden é o órgão responsável por monitorar e emitir os alertas. "Nesses anos temos feito isso com antecipação, e encaminhando os alertas para as defesas civis, nacional, estaduais e municipais, gerando previsões de riscos, olhando a região como um todo, disseminando essas previsões no seu site, está tudo disponível para qualquer cidadão entrar e consultar" reforça Regina.

A resposta é dada pelas defesas civis no resgate e socorro às vítimas e no apoio à reconstrução das áreas afetadas. Antes disso, a comunicação precisa ser efetivada, mas atualmente, no Brasil, há apenas um sistema de envio de mensagens por SMS.

Para o diretor do MCTI, a comunicação precisa ir além de simplesmente informar. "Envolve todo um processo de que as pessoas, ao receberem o aviso de que algo pode acontecer, elas têm que compreender claramente qual é o impacto que elas podem ter se aquele evento acontecer. Elas têm que compreender qual é a rota de fuga que elas vão sair", explica.

Ensinar as pessoas a perceberem o risco que correm é fundamental para que a prevenção aconteça, já que, sem essa educação, a própria população se põe em situação crítica.

Um exemplo é a região do Vale do Taquari, atingida por fortes chuvas em setembro de 2023, quando cidades foram arrasadas pela maior enchente registrada, até então, que deixou 54 mortos e quatro desaparecidos. Oito meses depois, a mesma população volta

a ser afetada e parte da cidade reconstruída volta a fazer parte do cenário de destruição.

"Se elas compreendessem o risco que elas estão expostas e percebessem esse risco, provavelmente, se continuassem instaladas nas mesmas áreas de risco, elas iriam usar novas tecnologias para reconstruir suas casas, para se preparar para o evento. Elas iriam acreditar mais quando o alerta chegasse", reforça Moraes.

Ao longo da série histórica, realizada pelo Cemaden, a intensificação dos extremos climáticos já é bastante evidenciado. Segundo a diretora da instituição, a própria criação do sistema de monitoramento foi motivada por uma das maiores catástrofes socioambientais no Brasil, em termos de vidas perdidas.

Em 2011, 918 pessoas morreram e outras 100 são consideradas desaparecidas desde que a região serrana do Rio de Janeiro foi atingida por fortes chuvas destruindo cidades e transformando grandes áreas de casas, comércios e infraestrutura em cenários de lama e entulhos. Depois desse período, grande parte do Brasil experimentou secas extremas, a exemplo da que foi enfrentada pela Região Metropolitana de São Paulo em 2014, que resultou no colapso do Sistema Cantareira de abastecimento das populações. "De lá para cá nós temos registrados vários desastres deflagrados por mais chuvas, não só no Rio Grande do Sul, mas também, obviamente, em outras partes do Brasil", afirma Regina.

O aumento na frequência dos extremos climáticos fica evidente na série histórica registrada pelo Cemaden, com maior concentração de eventos após o ano de 2020.

Para a secretária nacional de Mudança do Clima no Ministério do Meio Ambiente, Ana Toni, a mudança já é uma realidade que exige, além de ações de mitigação - como zerar o desmatamento, preservar florestas e diminuir emissões - ações para tornar as cidades mais resilientes e mais resistentes.

"O Brasil precisa trabalhar prevenção e preparação aos eventos extremos porque é um país altamente vulnerável às mudanças do clima", conclui.

lhos e duas frequências semanais entre Congonhas x Caxias do Sul e Caxias do Sul x Congonhas.

Já a Gol terá os seguintes voos diários adicionais: Congonhas x Florianópolis, Florianópolis x Congonhas, Galeão x Florianópolis x Congonhas, Galeão x Florianópolis, Florianópolis

x Galeão, Guarulhos x Passo Fundo, Passo Fundo x Guarulhos, Congonhas x Caxias do Sul, Caxias do Sul x Congonhas.

Também haverá diversas frequências semanais da Gol entre Galeão x Florianópolis e Florianópolis x Galeão. A companhia operará com avi-

ões maiores nas rotas envolvendo a cidade catarinense de Chapecó, com maior número de assentos.

A Azul ofertará as seguintes rotas no sábado (11): Campinas x Santo Ângelo e Santo Ângelo x Campinas; no domingo (12): Campinas x Santa Maria, Santa

Maria x Campinas, Curitiba x Uruguaiana e Uruguaiana x Curitiba; na segunda-feira (13): Campinas x Santo Ângelo, Santo Ângelo x Campinas, Curitiba x Uruguaiana e Uruguaiana x Curitiba; na terça-feira (14): Campinas x Santa Maria e Santa Maria x Campinas.

VULNERABILIDADE

Lula entrega 914 moradias do Minha Casa, Minha Vida

A área em que foi construído o residencial tinha grande vulnerabilidade social, com condições precárias, e está passando por revitalização, incluindo uma orla



O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, entrega 914 unidades habitacionais do Residencial Parque da Lagoa, do Minha Casa, Minha Vida - MCMV, em Maceió

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, na sexta-feira (10), da cerimônia de entrega de 914 apartamentos do Conjunto Residencial Parque da Lagoa, em Maceió, Alagoas. O empreendimento vai beneficiar famílias ribeirinhas da comunidade Vergel, em uma área às margens da Lagoa Mundaú, que está sendo revitalizada.

"Eu criei o Minha Casa, Minha Vida porque era necessário acabar com a desgraça que vive o povo pobre deste país. Não é possível que a gente tenha como destino nascer pobre, ficar pobre quando for adulto, ficar pobre quando casar, criar os filhos pobre e morrer pobre. Não é possível alguém que pesca a vida inteira, que levanta às 5h da manhã, as marisqueiras que se matam para sobreviver, não ter o que comer, não ter onde morar, não ter um banheiro para fazer as suas necessidades. Que mundo é esse?", questionou o presidente.

De acordo com a Presidência, o Residencial Parque da Lagoa vem de uma demanda fechada, para atendimento total às famílias que residem na região. As moradias foram contratadas no âmbito do Minha Casa, Minha Vida para famílias da Faixa 1, com renda mensal de até R\$ 2.640. "A área em que foi construído o residencial tinha grande vulnerabilidade social, com condições precárias, e está passando por revitalização, incluindo uma orla e vias de circulação pública às margens da Lagoa Mundaú", diz comunicado do governo.

Das 914 famílias que receberão unidades, 488 recebem o Bolsa Família ou o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o que significa que estão isentas do pagamento de prestações.

O Conjunto Residencial Parque da Lagoa conta com 1.776 apartamentos de 46,73 metros quadrados, em área com infraestruturas públicas de saúde, educação e segurança. O investimento total do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) no empreendimento foi de R\$ 201,2 milhões.

As famílias beneficiadas têm como ocupação principal a pesca. Na primeira etapa, 160

ATO INSTITUCIONAL

Lira é vaiado em ato em Alagoas e recebe apoio do presidente

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi vaiado em cerimônia de entrega de apartamentos do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) em Maceió, questionou o público e recebeu apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foi o segundo dia seguido de vaias a Lira em um evento do governo federal - na quinta, 9, foi em entrega de obra hídrica com Lula no interior do Estado.

"Duvido que um morador que vai ser atendido por essas casas esteja vaiando hoje (sexta), isso é uma falta de respeito", disse o presidente da Câmara. "Mais do que vaias e aplausos, a função do parlamentar é trabalhar pelo seu Estado, é continuar aprovando matérias no Congresso Nacional, é dando suporte para que tudo aconteça nas políticas públicas. E a Câmara dos Deputados faz o seu papel", afirmou. Em determinado momento, Lula se levantou e se colocou próximo a Lira, em sinal de apoio. Essa é uma tática comum do petista quando seu objetivo é desencorajar vaias contra outro político em seu palanque.

"Nenhum político, ele e eu, com respeito e sem demérito a nenhum político desse Estado, ninguém entregou mais casas no Estado do que o senador Benedito de Lira, pai do presidente da Câmara e o deputado Arthur Lira", afirmou Lira. Líderes alagoanos adversários do grupo político do presidente da Câmara, como o ministro Renan Filho (Transportes) e o governador Paulo Dantas (MDB) também estavam no ato.

famílias receberam imóveis. Após a entrega de sexta, restarão 702 apartamentos para a entrega final, que deve ocorrer em agosto, juntamente com obras de vias de circulação.

O programa Minha Casa, Minha Vida foi lançado no segundo governo do presidente Lula, em 2009, e retomado no ano passado após ter sido encerrado pelo governo anterior. A meta nesta retomada é contratar 2 milhões de novas moradias, nas linhas financiadas e subsidiadas.

Lula estava acompanhado da primeira-dama, Janja Lula da Silva, de diversos ministros e parlamentares, entre eles o presi-

dente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O prefeito de Maceió, João Henrique Caldas também participou do evento.

Durante os discursos, algumas autoridades foram vaiadas e, ao tomar a palavra, Lula pediu respeito ao público. "Este não é um ato de a gente fazer a disputa que fará na eleição, porque vai ter um momento em que vou viajar a algumas cidades para apoiar um candidato. A gente não vai estar junto em todos os lugares, mas precisa apenas aprender a respeitar quando o ato é institucional. Um ato institucional não tem cor partidária. Porque senão fica difícil para um presidente



Lula e Lira em Maceió: "a gente precisa apenas aprender a respeitar quando o ato é institucional"

O presidente disse que as vaias a políticos de grupos adversários em eventos institucionais tornam difícil para ele viajar e fazer inaugurações de obras.

"A gente precisa apenas aprender a respeitar quando o ato é institucional. O ato institucional não tem cor partidária. Porque senão fica difícil para um presidente da República viajar para inaugurar coisa. Porque as pessoas que vêm aqui são convidadas por nós. E ninguém leva ninguém na sua casa para ser vaiado, para ser maltratado", declarou o presidente da República "É uma questão de comportamento que me incomoda muito", afirmou.

"Esse ato aqui é para a gente homenagear os companheiros do conjunto residencial Parque da Lagoa. É um ato

que não tem partido político", disse Lula. Segundo ele, esse é um ano difícil para esse tipo de compromisso porque em outubro haverá eleições municipais. Isso faz com que as rivalidades dos grupos políticos se acirrem. Ele se disse grato a Arthur Lira, ao prefeito de Maceió, João Henrique Campos, e ao governador de Alagoas, Paulo Dantas, por eles terem comparecido à solenidade.

Lula ressaltou que a proximidade demonstrada no ato do Minha Casa, Minha Vida não necessariamente se reproduzirá nas disputas pelas prefeituras. "Vai ter um momento em que vou viajar algumas cidades para apoiar um candidato. A gente não vai estar junto em todos os lugares", disse o presidente da República.

que eu não tive vontade de fazer universidade. Eu achava maravilhoso ser chamado de doutor. Se eu pudesse ter estudado, eu teria sido economista. Porque pense num bicho esperto, é economista. O economista, gente, sabe de tudo. Sabe tudo quando é oposição. Porque quando chega no governo, não sabe de nada", disse o presidente da República.

"Quando você é oposição, qualquer coisa que te perguntam você fala 'eu acho isso, eu penso isso, eu entendo aquilo'. Quando você ganha as eleições, você não acha, você não pensa e você não entende. Você faz, ou não faz", declarou Lula.

O presidente disse que economistas "sabem de tudo" quando estão na oposição, e não no governo. "Não pensem

MEDICAMENTOS



Sorrentino: "remédios são aprovadas"

Polícia Federal vai investigar médicos por fake news

A Secretaria de Comunicação Social (Secom), chefiada pelo ministro Paulo Pimenta, pediu à Advocacia-Geral da União (AGU) e à Polícia Federal (PF) que dois médicos sejam investigados por suspeita de disseminarem fake news sobre a atuação de autoridades na mitigação dos estragos causados pelas fortes chuvas no Rio Grande do Sul.

Os médicos Roberta Zaffari Townsend e Victor Sorrentino afirmaram nas redes sociais que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) estaria dificultando o envio de medicamentos, obtidos por meio de doação, para os atingidos pelas chuvas no Rio Grande do Sul. De acordo com as publicações dos profissionais da saúde, "colegas médicos" conseguiram aviões privados para transportarem os donativos, mas a "burocracia da Anvisa" estaria impedindo o envio dos remédios.

A dermatologista acumula 33,5 mil seguidores no Instagram. Já Sorrentino é seguido por 1,3 milhão de pessoas. Ele vende cursos de pós-graduação em Medicina Funcional Integrativa e faz publicações motivacionais em seu perfil nas redes sociais.

"Essas medicações já são aprovadas, saem de farmácias e de distribuidoras, mas precisam chegar aqui no Rio Grande do Sul. Não é viável, não é possível que esses remédios fiquem parados dentro de aviões sem poder ser transportados, e a gente esperando aqui para poder trazer essas medicações sem receber nenhum centavo", afirmou Sorrentino em uma live na quinta-feira, 9.

Em nota, a Anvisa diz que "é falso o vídeo que está circulando nas redes sociais sobre a agência estar proibindo a entrada de medicamentos doados para atender as vítimas da calamidade provocada pelas enchentes no Rio Grande do Sul".

"A Agência Nacional de Vigilância Sanitária esclarece que não efetuou qualquer restrição ao transporte de medicamentos destinados ao Rio Grande do Sul. A Anvisa reforça ainda que está cumprindo com o seu compromisso de trabalhar em prol da segurança sanitária e acompanhar a situação emergencial de perto, em contato direto com as autoridades federais, estaduais e municipais. Dessa forma, atua para atender qualquer excepcionalidade necessária para amenizar os danos causados pela enchente", diz.

Em um comentário na publicação da nota da Anvisa no Instagram, Sorrentino diz que "apesar de não ter criticado, xingado, inventado, muito menos criado esta narrativa de moda chamada 'fake news', foi atendido pela Anvisa.

"Fui prontamente chamado por diversas pessoas da instituição, foram extremamente compreensivos e solícitos, não havia de fato ainda nota oficial com flexibilização, e isso no post anterior de vocês foi oficializado. Dou graças a Deus pela oportunidade de ajudar e também pelo apelo ter sido atendido por vocês! Única coisa que pedi foi encarecidamente e claramente no vídeo: ajuda e flexibilização", afirmou.

Em outro trecho publicado em seu perfil, Sorrentino diz que a intenção não era politizar o caso.

DESAPROPRIAÇÃO

Cidades gaúchas querem mudar bairros de lugar

Localidades de pequeno porte, situadas em calhas de rios, desejam mudar parte da área urbana para evitar enchentes

Ao menos três cidades que foram severamente atingidas pelas enchentes do Rio Grande do Sul planejam mudar parte da área urbana para fora da região sujeita a inundações. São localidades de pequeno porte, situadas em calhas de rios, e que enfrentaram de dois a quatro desastres naturais em menos de um ano.

Especialistas afirmam que outras cidades precisam seguir os exemplos de Barra do Rio Azul, Muçum e Cruzeiro do Sul e não reerguer as estruturas destruídas no mesmo lugar. Para eles, com as mudanças climáticas, novas enchentes virão.

Em coletiva de imprensa na sexta-feira, 10, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), afirmou ter solicitado que o levantamento de impactos da Defesa Civil também inclua a identificação de localidades que possam eventualmente não ter mais população fixa. "Isso está no nosso radar e no nosso plano de ação."

"(Teremos) um olhar específico para aquelas cidades que terão a necessidade de um planejamento excepcional de transferência de locais inteiros, o que vai envolver um custo multibilionário para as necessidades de indenizações para as pessoas que vivem nesses lugares e transferência para um novo lugar, que deveria ser também urbanizado. Nós entendemos que é pertinente para algumas cidades, algumas localidades críticas. Aí vamos buscar a condição de fazê-lo", disse Leite.

Em Barra do Rio Azul, cidade de 1,7 mil habitantes no norte do Estado, o prefeito Marcelo Arruda (PTB) pretende mudar o comércio e as casas que estão nas margens dos rios Paloma e Azul para uma área mais distante, fora da região de inundações.

A nova área urbana ficará a 600 metros do centro atual, em um terreno mais alto. O plano é dar os lotes como permuta pelos terrenos ocupados atualmente. "Foi a segunda vez nos últimos seis meses e a população não aguenta mais. Nossa obrigação é pensar e planejar para evitar novos prejuízos para os moradores e para o município", disse.

A convite do prefeito, especialistas da Universidade Regional Integrada de Erechim (URI Erechim) estiveram na cidade no último dia 5 e fizeram um levantamento para planejar a mudança. Na quinta-feira, 9, o geógrafo Vanderlei Decian, coordenador do Laboratório de Geoprocessamento e Planejamento Ambiental da universidade apresentou o primeiro estudo para a realocação dos imóveis. "Estamos trabalhando para dimensionar as cotas de inundação e em projetos para melhorar o escoamento das águas desses rios", disse Decian.

Um problema já detectado é que duas pontes, uma delas de 1950, com estrutura de pedra, construída no período da colonização da cidade, são estreitas e acabam represando a água durante as cheias. "Árvores e

troncos que descem com a correnteza acabam parando nessas estruturas que são muito resistentes e formam uma espécie de dique", explicou.

Conforme o especialista, a região foi colonizada por imigrantes italianos, alemães e poloneses que se estabeleceram próximos aos rios para se abastecer e usar a água para consumo dos animais ou geração de energia.

Decian estima que, dos 32 municípios da região, à margem do Rio Uruguai, ao menos 15 têm problemas com inundações.

"São cidades pequenas em que as pessoas se conhecem e têm contato direto com o prefeito. Esses desastres mexem com a cabeça do gestor público. As gestões estão começando a se organizar para evitar e prevenir, senão os moradores vão embora. Ninguém que investir onde pode vir uma enchente e levar embora o investimento", disse.

Além de Decian, a engenheira agrícola Raquel Paula Lorensi, especialista em hidrologia, a bióloga Franciele Rosset de Quadros, doutora em ecologia e as engenheiras civis Cristina Vitorino da Silva e Diniane Baruffi integram a equipe da URI Erechim que fazem os estudos para realocar parte da cidade de Barra do Rio Azul. A previsão é de que os estudos sejam concluídos em 30 dias para serem apresentados à Câmara e à população, através de audiências públicas.

Ainda não há prazo para o início da mudança, mas o prefeito disse que não quer esperar uma nova enchente.

Ele lembra que a primeira grande cheia aconteceu em 1953 e a última tinha sido em novembro do ano passado. "Nesta de agora a água subiu de 2 a 4 metros a mais e sabemos que as enchentes vão ficar mais frequentes. Estamos alinhando o cronograma com a direção da universidade, em conjunto com a Defesa Civil. Pedimos apoio também à Universidade Federal Fronteira Sul. Estou no segundo mandato e espero iniciar a mudança antes de deixar a prefeitura", disse.

Arruda, que também é vice-presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul, espera conseguir uma linha de financiamento junto ao governo federal para que os moradores possam construir as novas casas.

"Além da que já temos onde seria o distrito industrial, o proprietário de outra área nos ofereceu um terreno em local mais alto. Nosso pedido agora é por uma linha de financiamento de com juro zero ou subsidiado, com 24 meses de carência e 20 anos para pagar. Nossa cidade é próspera, com a economia calçada na agropecuária, mas estamos falando de famílias que tinham acabado de reconstruir suas casas e perderam tudo."

O morador Anévio Minella, que teve uma de suas propriedades atingida pela enchente, ainda não conhece em detalhes o projeto da mudança, mas apoia a iniciativa do prefeito. "Estamos todos vivos, não houve mortes, graças a Deus, mas

CORREDOR HUMANITÁRIO

Porto Alegre derruba passarela e usa pedregulhos para acesso a Canoas

A prefeitura de Porto Alegre fez a demolição da passarela junto ao Túnel da Conceição, utilizada por pedestres para chegar à rodoviária, na sexta-feira, 10. A decisão foi anunciada na quinta-feira, 9, para viabilizar a criação de um "corredor humanitário", a fim de permitir a passagem de caminhões, tanques e outros veículos de grande porte entre a capital do Rio Grande do Sul e a vizinha Canoas, duas das cidades mais afetadas pela enchente e a chuva extrema no Estado.

"A comida tem de chegar, a ambulância tem de passar, o Exército tem de passar. Vai ser um corredor que salva vidas", declarou o prefeito, Sebastião Melo (MDB) durante coletiva de imprensa. A previsão é que o acesso alternativo comece a ser utilizado ainda na sexta ou no sábado, 11.

A medida envolve a criação de uma pista única de acesso provisória, com a colocação de pedras rachão e brita em cerca de 300 metros da Avenida Castelo Branco, que está parcialmente

encoberta pela inundação. O novo caminho será uma rota logística de veículos de apoio à crise ambiental e humanitária, inclusive para o acesso a hospitais e circulação de alimentos e remédios.

A implantação do corredor humanitário começou na quarta-feira, 8. Como terá um único sentido, a pista provisória irá funcionar de forma alternada, com orientações de agentes de trânsito. A princípio, não será destinada à circulação de automóveis da população em geral.

Caminhões e veículos com doações e itens de primeira necessidade têm enfrentado engarrafamentos para trafegarem de uma cidade à outra, pela RS-118. A previsão é que a via alternativa esteja pronta até o fim da sexta-feira, 10, com a demolição da passarela pela manhã. Há diversas vias e rodovias com bloqueios no Estado, o que tem dificultado a circulação de itens essenciais e a prestação de socorros e engarrafado os poucos caminhos disponíveis.

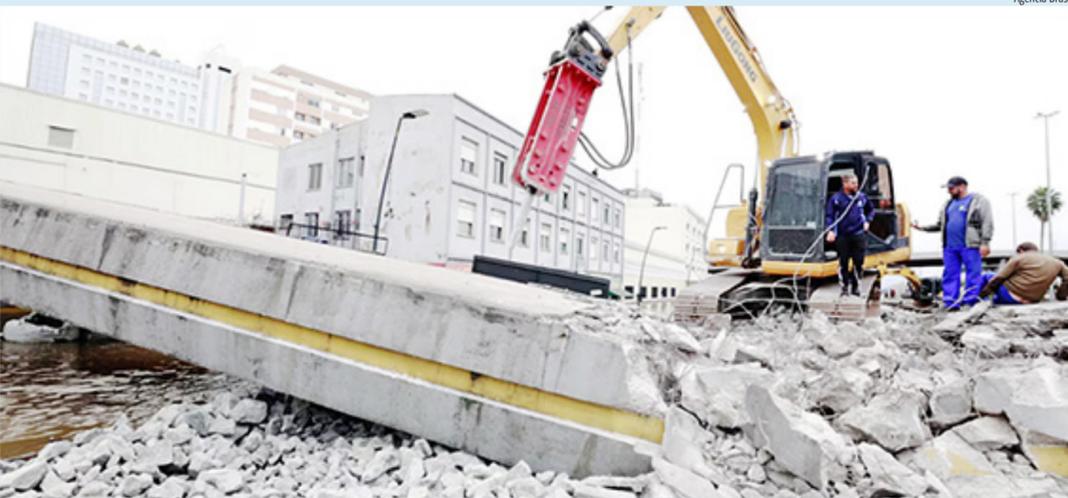
O balanço mais recente aponta mais

de 1,9 milhão de impactos em 435 dos 497 municípios gaúchos. Ao menos, 69,6 mil pessoas estão em abrigos e 337,1 mil estão desalojadas, de acordo com a Defesa Civil.

A inundação segue na Grande Porto Alegre, assim como tem avançado sobre municípios na região sul, no entorno da Lagoa dos Patos. Há preocupação com o retorno da chuva intensa e a onda de frio esperados a partir desta sexta.

Cidades estão em estado de calamidade. Há falta de insumos e remédios variados, além da escassez de mantimentos nos mercados e dificuldade para o acesso à água potável e energia. A situação tem causado uma fuga em massa para o litoral nos últimos dias.

Apesar das dificuldades, o volume de recursos que os bancos já doaram à população do Rio Grande do Sul chegou a R\$ 126 milhões, de acordo com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Os recursos foram destinados ao auxílio no socorro aos afetados pelas enchentes que atingem o Estado.



A prefeitura de Porto Alegre fez a demolição da passarela junto ao Túnel da Conceição, utilizada por pedestres para chegar à rodoviária, na sexta-feira

está mais do que na hora de se fazer alguma coisa. A gente sabe que esta não será a última enchente", disse.

Em Cruzeiro do Sul, no Vale do Taquari, que teve bairros inteiros arrasados pela correnteza do rio, a prefeitura já decidiu que as casas destruídas não serão reconstruídas no mesmo local.

"Tivemos uma reunião e foi uma decisão de consenso com as comunidades. Vamos buscar uma área com até 60 hectares (cada hectare equivale a um campo de futebol) em lugar seco para mudar as famílias e o comércio. Vai ter escola, unidade de saúde, toda infraestrutura", disse o secretário de Obras, Paulo Nascimento.

Cerca de 850 pessoas estão

em abrigos e a estimativa é de que mil casas tenham sido destruídas nos bairros Passado de Estrela, Zwirtes, Bom Fim e São Miguel.

A cidade, na margem direita do Rio Taquari, sofreu três grandes enchentes em menos de um ano. O pescador Marcos Ávila, de 42 anos, vai deixar a beira do rio, depois que a enchente levou embora sua casa - um casarão centenário, de paredes grossas, que ele achava que resistiria ao temporal.

"Vou embora para Bonfim (distrito de Santa Maria). Aqui (em Cruzeiro do Sul) vou construir um rancho só para pescar. Sou pescador e não posso ficar longe do rio", disse.

Desde a enchente de setembro do ano passado, o pre-

feito de Muçum, Maurício Trojan (MDB), já estudava a realocação de famílias e empresas que estavam em áreas inundáveis. Com o terceiro evento em menos de um ano, ele quer acelerar o processo, mas depende de recursos.

"Nós já tínhamos uma política de desapropriação de terrenos em locais com infraestrutura para as empresas iniciarem a construção de seus pavilhões fora da área de risco. Cerca de dez empresas estavam em vias de se mudar, mas foram novamente atingidas. Talvez elas agora não tenham capacidade de reerguimento, mas vamos ajudar no possível", disse.

Desta vez, os temporais vieram acompanhados de grandes deslizamentos e os danos

materiais foram maiores.

Parte dos 4,6 mil habitantes que mais uma vez perderam as casas não quer ficar no mesmo local e muitas famílias planejam mudar de cidade, o que também preocupa o prefeito. "Muitas casas já estavam reformadas e 80% das famílias reestabelecidas. Agora, com o novo desastre, o futuro de Muçum é um grande ponto de interrogação", afirmou.

Para o pesquisador Marcelo Dutra da Silva, professor de Ecologia na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), os prefeitos estão percebendo que a estratégia de reconstrução das cidades atingidas tem de vir acompanhada de prevenção e adaptação às medidas climáticas.

Walter Campanato - Agência Brasil

O governador Eduardo Leite solicitou que o levantamento de impactos da Defesa Civil inclua a identificação de locais que possam não ter mais população fixa.

ESTABILIZAÇÃO

ANP reduz flexibilizações de mistura em Canoas, Esteio, Rio Grande e Santa Maria

A diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) decidiu na sexta-feira, 10, reduzir a abrangência da flexibilização temporária da mistura de biodiesel ao óleo diesel e do etanol à gasolina a apenas as quatro cidades mais afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul, devido à percepção de que a situação do abastecimento no restante do Estado se estabilizou.

A partir de sexta, as flexibilizações valem apenas para os municípios de Canoas, Esteio, Rio Grande e Santa Maria, informou a ANP. Os percentuais da mistura dos biocombustíveis foram mantidos.

No último dia 4, a agência anunciou que em todo o Estado, a mistura de etanol anidro na gasolina poderia ser de 21%, em substituição ao percentual de 27% hoje vigente, enquanto o óleo diesel S10 poderá ter apenas 2% de biodiesel, em substituição ao percentual de 14%. E o óleo diesel S500, o mais poluente, não precisa ter mistura de biodiesel.

"Mantém-se o prazo de 30 dias para essa medida nos municípios mencionados, a contar da decisão original de 4 de maio. Esse período pode ser revisto, a depender das condições de abasteci-

mento na região. Da mesma forma, em caso de piora nas condições do Estado, a ANP pode determinar a retomada da flexibilização da mistura em outras localidades, garantindo assim a continuidade do abastecimento", informou a ANP.

Segundo a agência, a situação no Rio Grande do Sul continua sendo monitorada, e foi determinado que os distribuidores da região reportem, diariamente, os dados de movimentação dos combustíveis, incluindo o detalhamento do percentual de mistura adotado.

"A agência vem ainda realizando um trabalho diário em campo, verificando bases de distribuição, postos de combustíveis e revendas de GLP (gás de cozinha) para obter um panorama da situação do abastecimento de combustíveis no Estado", disse a ANP.

A chegada de combustíveis nos postos de abastecimento nas áreas afetadas por enchentes no Rio Grande do Sul cresce gradativamente, segundo informe do Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás (IBP), a partir da melhoria na operação das bases da região de Canoas/Esteio, aumentando a disponibilidade de produtos.

De acordo com o IBP, a logística de entrega vem se

adaptando às mudanças de consumo, já que muitas pessoas se deslocam para o litoral, reduzindo o consumo na capital.

"Muitos postos estão completamente alagados e só saberemos a extensão dos problemas na infraestrutura destas instalações quando a água baixar", explica a entidade em seu boletim diário sobre a situação do setor durante a tragédia.

O estado do Rio Grande do Sul está em calamidade pública, devido ao aumento do nível do rio Guaíba, que inundou parte da cidade de Porto Alegre. O nível do Guaíba está estável neste momento, e é esperado algum decréscimo ao longo do dia de hoje, avalia o IBP.

Segundo o boletim, as chuvas retornaram na sexta-feira para a capital e o norte do Estado, e devem permanecer com probabilidade de alta até o início da próxima semana. As regiões de Rio Grande e Pelotas no sul do estado seguem com atenção para possíveis alagamentos.

"O Governo do Estado tem trabalhado de forma rápida para desobstrução e restauro dos serviços das vias, porém as rotas ainda demandam atenção no que tange à segurança para o transporte e ao fluxo intenso e lento de caminhões", diz o IBP.



A agência anunciou que a mistura de etanol anidro na gasolina poderia ser de 21%, em substituição ao percentual de 27%

APOLO TUBOS E EQUIPAMENTOS S.A.
CNPJ/MF nº 33.017.088/0001-03
NIRE nº 33.3.0004299-7

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA APLO TUBOS E EQUIPAMENTOS S.A. REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2024

1. **Data, Hora e Local:** Às 10 horas do dia 10 de maio de 2024, na sede da sua controladora, Dextox Participações S.A., na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar, Centro, cidade e Estado do Rio de Janeiro. 2. **Presença:** Presentes acionistas representando mais de 77% (setenta e sete por cento) do capital social votante da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Apolo"), conforme se verifica pelas Listas de Presença de Acionistas em anexo. Registra-se, ainda, a participação dos Srs. Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares (Diretor da Companhia), George Abi-Rihan Cordeiro (Controlador da Companhia), e da Sra. Liliane Marcelle Neves Filgueiras (Advogada da Coligada GPC Química S.A.). 3. **Convocação:** Edital de convocação publicado no Diário Comercial, nos dias 22, 23 e 24 de abril de 2024, conforme Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"). 4. **Mesa:** Presidente: Sr. Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares; e Secretário: Sr. George Abi-Rihan Cordeiro. 5. **Ordem do dia:** deliberar e votar sobre: (i) aprovar a ratificação da nomeação da (a) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20 ("PwC"), (b) Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.527.788/0001-31 ("EY"), e da (c) Merithum Avaliação Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.273.230/0001-88 ("Merithum") e, em conjunto com a PwC e a EY, as "Empresas Avaliadoras", como empresas responsáveis pela elaboração dos laudos de avaliação das ações de emissão da GPC Química S.A. ("GPC Química") e da Apolo a serem incorporadas pela Dextox Participações S.A. ("Dextox") pelo seu valor contábil, considerando a metodologia de Patrimônio Líquido a Preço de Mercado (PLA) para fins de relação de troca (os "Laudos de Avaliação"); (ii) aprovar os Laudos de Avaliação; (iii) aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporações de Ações de Emissão da GPC Química e da Apolo pela Dextox ("Protocolo") ("Incorporações de Ações"); (iv) aprovar as Incorporações de Ações, a serem efetivadas com a satisfação das condições estabelecidas no Protocolo; e (v) autorizar a Diretoria da Apolo a realizar todos os atos necessários para implementar as deliberações acima. 6. **Deliberações:** Após a verificação do quórum de instalação desta Assembleia e dispensada a leitura do Edital de Convocação, foi aprovada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme dispõe o artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76. Em seguida, depois de discutidas as matérias constantes da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas: 6.1. ratificar, por unanimidade de votos, a nomeação e contratação das Empresas Avaliadoras para elaboração dos Laudos de Avaliação; 6.2. aprovar, por unanimidade de votos, os Laudos de Avaliação; 6.3. aprovar, por unanimidade de votos, o Protocolo; 6.4. aprovar, por unanimidade de votos, as Incorporações de Ações, condicionadas à satisfação das condições estabelecidas no Protocolo, observado que as Incorporações de Ações serão consideradas de forma conjunta, como ato único e simultâneo, sendo que a não aprovação ou não conclusão de uma das Incorporações de Ações resultará na não conclusão da outra e que a eficácia e conclusão das Incorporações de Ações será condicionada: (a) à aprovação das Incorporações de Ações pela Dextox, GPC Química e Apolo; e (b) não exercício do direito de retirada, nos termos dos Artigos 137, 230 e 252 da Lei nº 6.404/76, que represente um valor de desembolso, agregado ou individual por sociedade, pela GPC Química, Apolo ou Dextox, conforme o caso, superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), considerando o exercício do direito de retirada de acionistas da GPC Química, Apolo e Dextox ("Condições da Operação"); 6.5. consignar que, conforme disposto nos Artigos 137, §1º, 252, §§1º e 2º e 264, §3º da Lei nº 6.404/76, os acionistas da Apolo que sejam dissidentes em relação às Incorporações de Ações poderão exercer o direito de recesso das ações de que, comprovadamente, eram titulares de forma ininterrupta, desde o final do dia de divulgação do edital de convocação e que não votarem favoravelmente às Incorporações de Ações, ou que não compareçam à respectiva assembleia geral extraordinária, sendo que tal direito deverá ser exercido no prazo de até 30 dias contados da publicação da ata desta assembleia geral extraordinária. O valor do recesso para acionistas dissidentes da Apolo será de R\$ 5,10 (cinco reais e dez centavos) por ação, calculados com base no valor patrimonial contábil, conforme demonstrações financeiras com data base em 31 de dezembro de 2023, ressalvado o disposto no Artigo 45, § 2º, da Lei nº 6.404/76. Considerando que as relações de troca foram baseadas nos Laudos de Avaliação segundo o valor econômico com base no método do Patrimônio Líquido a Preço de Mercado, o disposto no Artigo 264, §3º, da Lei nº 6.404/76 não é aplicável, de modo que os acionistas dissidentes não poderão optar pelo valor de reembolso conforme os Laudos de Avaliação. Será facultado à administração da Apolo, nos 10 dias subsequentes ao término do prazo para exercício do Direito de Recesso - Incorporação de Ações, convocar assembleia geral da Apolo para reconsiderar a eventual aprovação das Incorporações de Ações pela assembleia geral se entender que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes que exerceram o direito de recesso colocará em risco a estabilidade financeira da Apolo, nos termos do Protocolo e das Condições da Operação; e 6.6. autorizar, por unanimidade de votos, a Diretoria da Apolo a realizar todos os atos necessários para implementar as deliberações acima. 7. **Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para lavratura desta ata em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, assinada pelo Presidente, Secretário e pelos acionistas abaixo. **Documentos arquivados:** Os acionistas presentes, deliberaram no sentido de dispensar que todos os documentos que suportam a presente reunião não figurem como anexo à presente, tendo em vista que os mesmos já se encontram arquivados (i) na sede da Companhia e (ii) eletronicamente, nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de Relações com Investidores da Dextox Participações S.A. (https://www.dextox.com.br). **Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio da Companhia.** Rio de Janeiro, 10 de maio de 2024. Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares - Presidente da Assembleia.

APOLO TUBOS E EQUIPAMENTOS S.A.
CNPJ/MF nº 33.017.088/0001-03
NIRE nº 33.3.0004299-7

AVISO AOS ACIONISTAS
INÍCIO DO PRAZO PARA EXERCÍCIO DO DIREITO DE RECESSO

A Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Apolo" ou "Companhia") informa que, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de maio de 2024 ("AGE"), os acionistas aprovaram a incorporação das ações de emissão da Apolo pela Dextox Participações S.A. ("Dextox") ("Incorporação de Ações"), de modo que será conferido Direito de Recesso (abaixo definido) aos acionistas dissidentes da AGE. Desta forma, a Companhia, vem a público divulgar os procedimentos para exercício do Direito de Recesso decorrente da aprovação da Incorporação de Ações, conforme segue: 1. **Acionistas que farão jus ao Direito de Recesso.** O Direito de Recesso aplica-se a todos os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que dissintiram da deliberação que aprovou a Incorporação de Ações, ou seja, que sejam titulares de ações ordinárias e: (i) votaram contra a aprovação da Incorporação de Ações; (ii) tenham se absteído de votar em relação à aprovação da Incorporação de Ações; ou (iii) não compareceram à AGE, conforme disposto nos artigos 252, §2º e 137, §1º da Lei nº 6.404/76 ("Direito de Recesso"). O Direito de Recesso, com o consequente pagamento do reembolso, somente será assegurado com relação às ações de emissão da Companhia de que o acionista era, comprovadamente, titular desde o dia 22 de abril de 2024, inclusive ("Data de Corte"), visto que a publicação do edital de convocação da AGE foi publicado na referida data, e mantidas pelo acionista, ininterruptamente, até a data do efetivo exercício do Direito de Recesso. Os acionistas titulares de ações que desejarem exercer o Direito de Recesso serão reembolsados pela totalidade das ações detidas, sendo certo que não será permitido o exercício do Direito de Recesso em relação à apenas parte das ações de que eram titulares na Data de Corte. As ações de emissão da Companhia adquiridas após a Data de Corte não conferirão aos seus titulares o Direito de Recesso. 2. **Valor do Reembolso por Ação.** Nos termos do artigo 45, §1º da Lei nº 6.404/76, as ações serão reembolsadas pelo seu valor patrimonial contábil, com base no patrimônio líquido constante das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, aprovadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 26 de abril de 2024. Assim, o valor a ser pago pelo direito de recesso aos acionistas dissidentes da aprovação da Incorporação de Ações será R\$ 5,10 (cinco reais e dez centavos) por ação de emissão da Apolo. Considerando que as Relações de Troca foram baseadas nos Laudos de Avaliação segundo o valor econômico com base no método do Patrimônio Líquido a Preço de Mercado ("Laudos de Avaliação"), o disposto no Artigo 264, §3º, da Lei nº 6.404/76 não é aplicável, de modo que os acionistas dissidentes não poderão optar pelo valor de reembolso conforme os Laudos de Avaliação. 3. **Solicitação de Balanço Especial.** Nos termos do artigo 45, §2º, da Lei nº 6.404/76, será facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, levantamento de balanço especial. 4. **Prazo para o Exercício do Direito de Recesso.** O Direito de Recesso para os acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia, de forma ininterrupta, desde o final do pregão do dia da divulgação do Fato Relevante sobre a Incorporação de Ações e que não votarem favoravelmente à Incorporação de Ações, ou que não compareçam à respectiva assembleia geral extraordinária, sendo que tal direito deverá ser exercido no prazo de até 30 dias contados da publicação da ata da AGE que ocorreu hoje. Assim, a contar da presente data, os acionistas terão 30 dias para exercer seu Direito de Recesso. Caso o acionista não exerça seu Direito de Recesso no prazo acima fixado decairá seu direito, nos termos do §4º do artigo 137 da Lei nº 6.404/76. Nos termos do artigo 137, §3º, da Lei nº 6.404/76, os órgãos da administração poderão, no prazo de 10 dias após o término do prazo para o exercício do Direito de Recesso, convocar assembleia geral para reconsiderar a deliberação em função do volume do recesso exercido. Será facultado à administração da Companhia, nos 10 dias subsequentes ao término do prazo para exercício do Direito de Recesso, convocar assembleia geral da Companhia para reconsiderar a eventual aprovação da Incorporação das Ações pela assembleia geral se entender que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes que exerceram o Direito de Recesso colocará em risco a estabilidade financeira da Companhia, observados, ainda, os termos do Protocolo e as Condições da Operação, que se encontram arquivados (i) na sede da Companhia e (ii) eletronicamente, nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de Relações com Investidores da Dextox Participações S.A. (https://www.dextox.com.br/). 5. **Pagamento do Valor do Reembolso.** Após o decurso do prazo para o exercício do Direito de Recesso e desde que verificadas (ou renunciadas, conforme o caso) as Condições da Operação, a Companhia informará aos acionistas a data do pagamento do reembolso das ações daqueles que exercerem o Direito de Recesso. 6. **Forma e Condições de Habilitação.** Os acionistas que desejarem deverão exercer o Direito de Recesso comparecendo à sede da Companhia em dias e horários comerciais, munidos dos seguintes documentos: (i) **Pessoa Física:** CPF, RG e comprovante de residência atualizado (máximo 02 (dois) meses); (ii) **Pessoa Jurídica:** CNPJ, Estatuto/Contrato Social e respectivas alterações, bem como os documentos dos sócios/representantes legais (ata de eleição, CPF, RG e comprovante de residência atualizado). Caso a data do registro do Estatuto/Contrato Social na Junta Comercial respectiva seja superior a 30 (trinta) dias, será necessário apresentar, ainda, cópia autenticada de Certidão emitida pela Junta Comercial ou cartório informando o último ato arquivado; (iii) **Fundo de Investimento:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) e CPF do representante legal; regulamento consolidado e atualizado; estatuto/contrato social do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo; e documentos societários que comprovem os poderes de representação. Os acionistas que se fizerem representar por procurador deverão entregar, além dos documentos acima referidos, o respectivo instrumento de mandato, o qual deverá conter poderes especiais para que o procurador manifeste em nome do outorgante o exercício do Direito de Recesso e solicite o reembolso das ações. Rio de Janeiro, 13 de maio de 2024. Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares.

GPC QUÍMICA S.A.
CNPJ/MF nº 90.195.892/0001-16
NIRE 33.3.0028844-9

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA GPC QUÍMICA S.A. REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2024

1. **Data, hora e local:** Às 9:00 horas do dia 10 de maio de 2024, na sede social da GPC Química S.A. ("GPC Química"), na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar, na cidade e Estado do Rio de Janeiro. 2. **Presença:** Presentes acionistas representando mais de 92% (noventa e dois por cento) do capital social da GPC Química, conforme se verifica pelas Listas de Presença de Acionistas em anexo. Registra-se, ainda, a participação dos Srs. Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares (Diretor da Companhia), George Abi-Rihan Cordeiro (Controlador da Companhia), e da Sra. Liliane Marcelle Neves Filgueiras (Advogada da Companhia); 3. **Convocação:** Edital de convocação publicado no Diário Comercial, nos dias 22, 23 e 24 de abril de 2024, conforme Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"). 4. **Mesa:** Presidente: Sr. Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares; e Secretário: Sr. George Abi-Rihan Cordeiro. 5. **Ordem do dia:** deliberar e votar sobre: (i) a ratificação da nomeação da (a) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20 ("PwC"), (b) Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.527.788/0001-31 ("EY"), e da (c) Merithum Avaliação Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.273.230/0001-88 ("Merithum") e, em conjunto com a PwC e a EY, as "Empresas Avaliadoras", como empresas responsáveis pela elaboração dos laudos de avaliação das ações de emissão da GPC Química e da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Apolo") a serem incorporadas pela Dextox Participações S.A. ("Dextox") pelo seu valor contábil, considerando a metodologia de Patrimônio Líquido a Preço de Mercado (PLA) para fins de relação de troca (os "Laudos de Avaliação"); (ii) aprovar os Laudos de Avaliação; (iii) aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporações de Ações de Emissão da GPC Química e da Apolo pela Dextox ("Protocolo") ("Incorporações de Ações"); (iv) aprovar as Incorporações de Ações, a serem efetivadas com a satisfação das condições estabelecidas no Protocolo; e (v) autorizar a Diretoria da GPC Química a realizar todos os atos necessários para implementar as deliberações acima. 6. **Deliberações:** Após a verificação do quórum de instalação desta Assembleia e dispensada a leitura do Edital de Convocação, foi aprovada por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme dispõe o artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76. Em seguida, depois de discutidas as matérias constantes da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas: 6.1. ratificar, por unanimidade de votos, a nomeação e contratação das Empresas Avaliadoras para elaboração dos Laudos de Avaliação; 6.2. aprovar, por unanimidade de votos, os Laudos de Avaliação; 6.3. aprovar, por unanimidade de votos, o Protocolo; 6.4. aprovar, por unanimidade de votos, as Incorporações de Ações, condicionadas à satisfação das condições estabelecidas no Protocolo, observado que as Incorporações de Ações serão consideradas de forma conjunta, como ato único e simultâneo, sendo que a não aprovação ou não conclusão de uma das Incorporações de Ações resultará na não conclusão da outra e que a eficácia e conclusão das Incorporações de Ações será condicionada: (a) à aprovação das Incorporações de Ações pela Dextox, GPC Química e Apolo; e (b) não exercício do direito de retirada, nos termos dos Artigos 137, 230 e 252 da Lei nº 6.404/76, que represente um valor de desembolso, agregado ou individual por sociedade, pela GPC Química, Apolo ou Dextox, conforme o caso, superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), considerando o exercício do direito de retirada de acionistas da GPC Química, Apolo e Dextox ("Condições da Operação"); 6.5. consignar que, conforme disposto nos Artigos 137, §1º, 252, §§1º e 2º e 264, §3º da Lei nº 6.404/76, os acionistas da GPC Química que sejam dissidentes em relação às Incorporações de Ações poderão exercer o direito de recesso das ações de que, comprovadamente, eram titulares de forma ininterrupta, desde o final do dia de divulgação do edital de convocação e que não votarem favoravelmente às Incorporações de Ações, ou que não compareçam à respectiva assembleia geral extraordinária, sendo que tal direito deverá ser exercido no prazo de até 30 dias contados da publicação da ata desta assembleia geral extraordinária. O valor do recesso para acionistas dissidentes da GPC Química será de R\$ 0,22 (vinte e dois centavos) por ação, calculados com base no valor patrimonial contábil, conforme demonstrações financeiras com data base em 31 de dezembro de 2023, ressalvado o disposto no Artigo 45, § 2º, da Lei nº 6.404/76. Considerando que as relações de troca foram baseadas nos Laudos de Avaliação segundo o valor econômico com base no método do Patrimônio Líquido a Preço de Mercado, o disposto no Artigo 264, §3º, da Lei nº 6.404/76 não é aplicável, de modo que os acionistas dissidentes não poderão optar pelo valor de reembolso conforme os Laudos de Avaliação. Será facultado à administração da GPC Química, nos 10 dias subsequentes ao término do prazo para exercício do Direito de Recesso - Incorporação de Ações, convocar assembleia geral da GPC Química para reconsiderar a eventual aprovação das Incorporações das Ações pela assembleia geral se entender que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes que exerceram o direito de recesso colocará em risco a estabilidade financeira da GPC Química, nos termos do Protocolo e das Condições da Operação; e 6.6. autorizar, por unanimidade de votos, a Diretoria da GPC Química a realizar todos os atos necessários para implementar as deliberações acima. 7. **Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para lavratura desta ata em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, assinada pelo Presidente, Secretário e pelos acionistas abaixo. **Documentos arquivados:** Os acionistas presentes, deliberaram no sentido de dispensar que todos os documentos que suportam a presente reunião não figurem como anexo à presente, tendo em vista que os mesmos já se encontram arquivados (i) na sede da Companhia e (ii) eletronicamente, nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de Relações com Investidores da Dextox Participações S.A. (https://www.dextox.com.br/). **Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio da Companhia.** Rio de Janeiro, 10 de maio de 2024. Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares - Presidente da Assembleia.

EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.
CNPJ: 10.476.221/0001-94
Convocação: Ficam os Acionistas convocados para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 20 de maio de 2024, às dez horas, na sede social da Companhia, situada à Rua da Assembleia, nº 10, sala 3611, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.011 901, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Eleição dos membros da Diretoria da Companhia, com mandato até 20 de maio de 2027; e (ii) Assuntos diversos/encerramento. Diretoria.

FAZENDA CLUBE MARAPENDI
AVISO DE LICITAÇÃO
O Presidente do **Fazenda Clube Marapendi Clube** comunica ao público em geral e em face de decisão em reunião do Conselho Deliberativo que delibere a aplicação do que consta do Estatuto Social, que colocara a venda, em licitação pública, Títulos de sócio Proprietário do Fazenda Clube Marapendi no dia 22/05/2024 às 17 horas na Sede do Clube, na Avenida das Américas 3.979, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro –RJ, Rio, 13/05/2024.

PPLA PARTICIPATIONS LTD.
CNPJ/MF nº 15.073.274/0001-88
Código CVM nº 80152 - Companhia Aberta
Edital de Convocação. Ficam os investidores convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") da PPLA Participations Ltd., uma companhia devidamente constituída de acordo com as leis de Bermuda ("Companhia") a ser realizada na Praia de Botafogo, nº 501, 6º andar, Torre Corcovado, CEP: 22.250-040, Brasil, em 11 de junho de 2024, às 11:00 horas, com o propósito de deliberar as matérias listadas a seguir: I. Deliberar sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como o relatório dos auditores independentes; II. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, de acordo com o estatuto social da Companhia; III. Deliberar sobre a nomeação de um auditor independente para a Companhia, com mandato a partir da conclusão da Assembleia Geral Ordinária até a conclusão da próxima Assembleia Geral Ordinária na qual as demonstrações financeiras da Companhia serão apresentadas, nos termos do Artigo 70.1 do Estatuto Social. IV. Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração para o ano de 2024. V. Deliberar sobre a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de incorporar ajuste detalhado na Proposta da Administração a ser apresentada pela Companhia para a Assembleia Geral. **Instruções Gerais:** A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será no idioma português. As demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório dos auditores independentes estão disponíveis no endereço eletrônico da Companhia na internet [ri.pplaparticipations.com](http://pplaparticipations.com). Os investidores titulares de Units e BDRs em circulação no mercado de emissão da Companhia poderão participar diretamente da Assembleia, desde que munidos dos documentos hábeis de identidade, que deverá incluir (conforme aplicável): (i) Instrumento de mandato outorgando poderes especiais, com as firmas devidamente reconhecidas; (ii) Cópia autenticada da documentação societária comprobatória dos poderes de representação então outorgados, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais, para as pessoas jurídicas; (iii) Cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais, para os fundos de investimento; e (iv) Comprovante de titularidade das ações. A Companhia solicita que os documentos que tenham sido originalmente emitidos em língua estrangeira sejam apresentados acompanhados da respectiva tradução para o português. De modo a facilitar a participação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a Companhia dispensará o cumprimento de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, apostilamento e tradução juramentada da referida documentação. Os titulares de BDRs (Certificado de Depósito de Ações) registrados nos livros do Banco Bradesco S.A. ou nos registros da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLCA ao final do dia 28 de maio de 2024, terão o direito de instruir o agente depositário, Banco Bradesco S.A., até 04 de junho de 2024, na Cidade de Deus, s/n, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, São Paulo, CEP: 06029-900 - Aos cuidados do Departamento de Ações e Custódia (*Custody and Registrar Department*), a exercer o direito de voto em relação a sua participação. Rio de Janeiro, 10 de maio de 2024. A Administração - **PPLA PARTICIPATIONS LTD.**

GPC QUÍMICA S.A.
CNPJ/MF nº 90.195.892/0001-16
NIRE 33.3.0028844-9
AVISO AOS ACIONISTAS
INÍCIO DO PRAZO PARA EXERCÍCIO DO DIREITO DE RECESSO
A GPC Química S.A. ("GPC Química" ou "Companhia") informa que, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de maio de 2024 ("AGE"), os acionistas aprovaram a incorporação das ações de emissão da GPC Química pela Dexas Participações S.A. ("Dexas") ("Incorporação de Ações"), de modo que será conferido Direito de Recesso (abaixo definido) aos acionistas dissidentes da AGE. Desta forma, a Companhia, vem a público divulgar os procedimentos para exercício do Direito de Recesso decorrente da aprovação da Incorporação de Ações, conforme segue: 1. **Acionistas que farão jus ao Direito de Recesso.** O Direito de Recesso aplica-se a todos os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que dissertarem da deliberação que aprovou a Incorporação de Ações, ou seja, que sejam titulares de ações ordinárias e: (i) votaram contra a aprovação da Incorporação de Ações; (ii) tenham se abstido de votar em relação à aprovação da Incorporação de Ações; ou (iii) não compareceram à AGE, conforme disposto nos artigos 252, §2º e 137, §1º da Lei nº 6.404/76 ("Direito de Recesso"). O Direito de Recesso, com o consequente pagamento do reembolso, somente será assegurado com relação às ações de emissão da Companhia de que o acionista era, comprovadamente, titular desde o dia 22 de abril de 2024, inclusive ("Data de Corte"), visto que a publicação do edital de convocação da AGE foi publicado na referida data, e mantidas pelo acionista, ininterruptamente, até a data do efetivo exercício do Direito de Recesso. Os acionistas titulares de ações que desejarem exercer o Direito de Recesso serão reembolsados pela totalidade das ações detidas, sendo certo que não será permitido o exercício do Direito de Recesso em relação à apenas parte das ações de que eram titulares na Data de Corte. As ações de emissão da Companhia adquiridas após a Data de Corte não conferirão aos seus titulares o Direito de Recesso. 2. **Valor do Reembolso por Ação.** Nos termos do artigo 45, §1º da Lei nº 6.404/76, as ações serão reembolsadas pelo seu valor patrimonial contábil, com base no patrimônio líquido constante das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, aprovadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 26 de abril de 2024. Assim, o valor a ser pago pelo direito de recesso aos acionistas dissidentes da aprovação da Incorporação de Ações será R\$ 0,22 (vinte e dois centavos) por ação de emissão da GPC Química. Considerando que as Relações de Troca foram baseadas nos Laudos de Avaliação segundo o valor econômico com base no método do Patrimônio Líquido a Preço de Mercado ("Laudos de Avaliação"), o disposto no Artigo 264, §3º, da Lei nº 6.404/76 não é aplicável, de modo que os acionistas dissidentes não poderão optar pelo valor de reembolso conforme os Laudos de Avaliação. 3. **Solicitação de Balanço Especial.** Nos termos do artigo 45, §2º, da Lei nº 6.404/76, será facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, levantamento de balanço especial. 4. **Prazo para o Exercício do Direito de Recesso.** O Direito de Recesso para os acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia, de forma ininterrupta, desde o final do pregão do dia da divulgação do Fato Relevante sobre a Incorporação de Ações e que não votarem favoravelmente à Incorporação de Ações, ou que não compareçam à respectiva assembleia geral extraordinária, sendo que tal direito deverá ser exercido no prazo de até 30 dias contados da publicação da ata da AGE que ocorreu hoje. Assim, a contar da presente data, os acionistas terão 30 dias para exercer seu Direito de Recesso. Caso o acionista não exerça seu Direito de Recesso no prazo acima fixado decairá seu direito, nos termos do §4º do artigo 137 da Lei nº 6.404/76. Nos termos do artigo 137, §3º, da Lei nº 6.404/76, os órgãos da administração poderão, no prazo de 10 dias após o término do prazo para o exercício do Direito de Recesso, convocar assembleia geral para reconsiderar a deliberação em função do volume do recesso exercido. Será facultado à administração da Companhia, nos 10 dias subsequentes ao término do prazo para exercício do Direito de Recesso, convocar assembleia geral da Companhia para reconsiderar a eventual aprovação da Incorporação das Ações pela assembleia geral se entender que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes que exerceram o Direito de Recesso colocará em risco a estabilidade financeira da Companhia, observado, ainda, os termos do Protocolo e as Condições da Operação, que se encontram arquivados (i) na sede da Companhia e (ii) eletronicamente, nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de Relações com Investidores da Dexas Participações S.A. ([https://www.dexas.com.br](http://www.dexas.com.br)). 5. **Pagamento do Valor do Reembolso.** Após o decurso do prazo para o exercício do Direito de Recesso e desde que verificadas (ou renunciadas, conforme o caso) as Condições da Operação, a Companhia informará aos acionistas a data do pagamento do reembolso das ações daqueles que exerceram o Direito de Recesso. 6. **Forma e Condições de Habilitação.** Os acionistas que desejarem exercer o Direito de Recesso comparecendo à sede da Companhia em dias e horários comerciais, munidos dos seguintes documentos: (i) **Pessoa Física:** CPF, RG e comprovante de residência atualizado (máximo 02 (dois) meses); (ii) **Pessoa Jurídica:** CNPJ, Estatuto/Contrato Social e respectivas alterações, bem como os documentos dos sócios/representantes legais (ata de eleição, CPF, RG e comprovante de residência atualizado). Caso a data do registro do Estatuto/Contrato Social na Junta Comercial respectiva seja superior a 30 (trinta) dias, será necessário apresentar, ainda, cópia autenticada de Certidão emitida pela Junta Comercial ou cartório informando o último ato arquivado. (iii) **Fundo de Investimento:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) e CPF do representante legal; regulamento consolidado e atualizado; estatuto/contrato social do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo; e documentos societários que comprovem os poderes de representação. Os acionistas que se fizerem representar por procurador deverão entregar, além dos documentos acima referidos, o respectivo instrumento de mandato, o qual deverá conter poderes especiais para que o procurador manifeste em nome do outorgante o exercício do Direito de Recesso e solicite o reembolso das ações. Rio de Janeiro, 13 de maio de 2024. Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares.

QUALIDADE

Professores protestam contra uso de plataforma digital em SP

Os professores da rede pública estadual de São Paulo fazem a partir de segunda-feira (13) uma mobilização contra as plataformas digitais nas escolas. No ano passado, o governo estadual implementou um sistema de ensino baseado em aplicativos, com conteúdo e atividades pré-estabelecidas.

O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) afirma que o método tira autonomia dos professores e convocou os profissionais a não usarem as plataformas ao longo da próxima semana. O sistema, no entanto, registra se o material foi usado ou não em sala de aula. Os acessos à plataforma se tornaram um dos fatores medidos para avaliar escolas e profissionais.

"Você não pode padronizar uma rede do tamanho do estado de São Paulo, com a diversidade e com a especificidade que cada escola, cada região tem. O aplicativo faz isso. E o professor, se ele não estiver seguindo o aplicativo, o próprio sistema já comunica à direção da escola e o diretor é obrigado a ir até a sala de aula, chamar a atenção do professor", critica o presidente da Apeoesp, Fábio Moraes.

O método, segundo ele,



Alunos em sala de laboratório de informática; professores vão contra ensino digital

provocou praticamente o abandono dos livros didáticos e impede que o professor busque formas diferentes de abordar os conteúdos em sala de aula. "Nós queremos tecnologia, escolas estruturadas, profissionais valorizados e nós queremos resguardar a nossa liberdade de cátedra. Se eu achar que a plataforma é melhor, eu uso a plataforma. Se eu achar que aquele assunto, o livro, aborda melhor, eu uso o livro. Se eu quiser, eu elaboro o meu material com os meus alunos. Quantas vezes não fizemos isso? Então hoje, esse direito do professor está sendo ceifado", acrescenta o sindicalista.

Em 2023, o governo de São Paulo chegou a anunciar que iria deixar de participar do

Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) do Ministério da Educação (MEC), que fornece gratuitamente livros para serem usados pelas redes de ensino. A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo afirmou à época que não usaria livros físicos em sala de aula e que os alunos teriam apenas material digital.

Após a repercussão negativa e uma decisão judicial contrária à saída da rede estadual do PNLD, o governo informou que continuaria a receber os livros do programa nacional. Na ocasião, também foram identificados erros grosseiros de informação no material elaborado pela secretaria estadual.

Em um dos trechos, era dito que, em 1888, Dom Pedro

assinou a Lei Áurea, quando, na verdade, a lei que encerrou a escravidão institucionalizada no Brasil foi assinada pela filha do monarca, a Princesa Isabel. Em outro trecho se afirmava, também de forma equivocada, que o transtorno do déficit de atenção e hiperatividade é transmissível pela água.

Moraes diz que a falta de qualidade continua sendo uma crítica ao material didático que tem sido oferecido pela secretaria de educação. "Nós temos material melhor. Nós podemos criar material melhor. Nós temos livros didáticos melhores que a rede", diz.

Neste ano, o governo de São Paulo anunciou que vai usar ferramentas de inteligência artificial para elaboração do material didático para a rede estadual. "As aulas que já foram produzidas por um professor curriculista, e já estão em uso na rede, são aprimoradas pela IA [inteligência artificial] com a inserção de novas propostas de atividades, exemplos de aplicação prática do conhecimento e informações adicionais que enriqueçam as explicações de conceitos-chave de cada aula", afirmou a secretaria de educação em abril.

APOLO TUBOS E EQUIPAMENTOS S.A.
CNPJ/MF nº 33.017.088/0001-03
NIRE nº 33.3.0004299-7
ATA VERBÁLIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DO APOLO TUBOS E EQUIPAMENTOS S.A., REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2024
1. **Hora, Data e Local:** As 11:00 horas do dia 26 de abril de 2024, excepcionalmente fora da sede da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Companhia"), na sede da sua controladora Dexas Participações S.A., na Rua do Passeio, nº 70 - 5º andar, Rio de Janeiro/RJ. 2. **Presença:** Presentes acionistas representando mais de 77% (setenta e sete por cento) do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas no Livro de Presença em anexo. Registra-se, ainda, a participação dos Srs. Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares (Diretor da Companhia), George Abi-Rihan Cordeiro (Controlador da Companhia), Sra. Liliane Marcelle Neves Filgueiras (Advogada da Coligada GPC Química S.A.), e da Sra. Viviane Sperendo Camacho (representante da PricewaterhouseCoopers Auditores). 3. **Convocação:** Edital de convocação publicado no Diário Comercial, nos dias 3, 4 e 5 de abril de 2024, conforme Artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"). 4. **Demonstrações Financeiras:** O aviso previsto no Artigo 133 da Lei nº 6.404/76 foi publicado no Diário Comercial, nos dias 26, 27 e 28 de abril de 2024 e as Demonstrações Financeiras consolidadas foram publicadas no Diário Comercial em 17 de abril de 2024. 5. **Mesa:** Presidente: Sr. Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares; e Secretário: Sr. George Abi-Rihan Cordeiro. 6. **Ordem do Dia:** Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração da Companhia, suas contas e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (iii) Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Deliberar e votar a proposta da verba global anual da remuneração da administração para o exercício de 2024. 7. **Deliberações:** Após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas: Aprovada, por unanimidade dos presentes, a lavratura da presente ata sob forma de sumário, nos termos do que permite o parágrafo primeiro do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76. Em Assembleia Geral Ordinária: 7.1 Aprovado, sem ressalvas, por unanimidade dos presentes, o Relatório da Administração da Companhia, suas contas e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. 7.2 Aprovada, por unanimidade dos presentes, a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 72.821.909,39 (setenta e dois milhões, oitocentos e vinte e um mil, novecentos e nove reais e trinta e nove centavos), nos termos da Proposta da Administração conforme segue: (i) R\$ 3.641.095,47 (três milhões, seiscentos e quarenta e um mil, noventa e cinco reais e quarenta e sete centavos) serão destinados à reserva legal; (ii) R\$ 24.343.347,50 (vinte e quatro milhões, trezentos e quarenta e três mil, trezentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) serão alocados à reserva de incentivos fiscais; (iii) R\$ 11.209.366,60 (onze milhões, duzentos e nove mil, trezentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos) serão destinados para dividendos a pagar e (iv) R\$ 33.628.099,82 (trinta e três milhões, seiscentos e vinte e oito mil, noventa e nove reais e oitenta e dois centavos) serão alocados à reserva estatutária da Companhia, estabelecida no artigo 30, do seu Estatuto Social; 7.3 Aprovada, por unanimidade dos presentes, a eleição dos seguintes membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 1 (um) ano a contar desta data: (i) **Antonio Joaquim Peixoto de Castro Palhares**, brasileiro, casado, industrial, com endereço comercial nesta cidade, na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar, Centro, portador da carteira de identidade nº 01.476.807-1, expedida pelo IFRJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 006.684.437-15, **como Presidente do Conselho de Administração**; (ii) **Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares**, brasileiro, casado, industrial, com endereço comercial nesta cidade, na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar, Centro, CEP: 20021-290, portador da carteira de identidade nº 01.689.307-5, expedida pelo IFRJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 006.684.277-87, **como Vice-Presidente do Conselho de Administração**; (iii) **Carlos Alberto da Silva Lopes**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Humberto de Campos, nº 436, apto. 902, Leblon, CEP: 22.430-190, inscrito no CPF/MF sob o nº 290.160.027-15, **como membro do Conselho de Administração**; (iv) **Alcides Moraes Filho**, brasileiro, solteiro, economista, com endereço comercial nesta cidade, na Rua do Passeio, nº 70, 3º andar, Centro, CEP: 20021-290, portador da carteira de identidade nº 3.151.619, e inscrito no CPF/MF sob o nº 45.214.537-91, **como membro do Conselho de Administração**; e (v) **Carlos Eduardo de Sá Batista**, brasileiro, casado, engenheiro, com endereço comercial nesta cidade, na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar, Centro, CEP: 20021-290, portador da carteira de identidade nº 36376, expedida pelo CREARJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 100.638.977-68, **como membro do Conselho de Administração**. Os membros do Conselho de Administração eleitos tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, nos quais declararão sob as penas da lei, nos termos do Artigo 147 da Lei nº 6.404/76, que (i) não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) que não foram declarados inabilitados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM; (iii) têm reputação ilibada; (iv) não ocupam cargos em sociedades que possam ser consideradas como concorrentes no mercado da Companhia; e (v) não têm interesses conflitantes com o da Companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária: 7.4 Foi aprovada, por unanimidade dos presentes, nos termos da proposta da Administração da Companhia, a fixação da verba global anual destinada à remuneração da administração da Companhia para o exercício de 2024, no montante de R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais) que será distribuída conforme deliberação do Conselho de Administração da Companhia. 8. **Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para lavratura desta ata em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta ata lida e aprovada, assinada pelos presentes. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio da Companhia.* Rio de Janeiro, 26 de abril de 2024. Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares - *Presidente da Assembleia.* JUCERJA em 08/05/2024 sob o nº 6224205. **Gabriel Oliveira de Souza Voi** - Secretário Geral.

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
CNPJ 33.352.394/0001-04 - NIRE 33.3.000.8797-4
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO
Por meio desta convocação, os Senhores Acionistas da **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE** estão convidados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na Sede Social da Companhia, situada na Avenida Presidente Vargas, 2.655, Cidade Nova - Rio de Janeiro, no dia 04 de junho de 2024, às 15h00, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:
Em Assembleia Geral Extraordinária:
1. Eleição de Membros do Conselho Fiscal da CEDAE, conforme Proposta da Administração arquivada nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da Companhia.
Encontra-se à disposição dos acionistas, na sede social e no endereço eletrônico da Companhia, a Proposta da Administração referente à matéria objeto da Ordem do Dia.
Os acionistas deverão exibir documento de identidade para comprovar a qualidade de acionista e participar da referida Assembleia Geral Extraordinária. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários, observadas as restrições legais, devendo, neste caso, ser apresentado também instrumento de procuração com os poderes específicos para o ato.
Rio de Janeiro, 13 de maio de 2024.
Sérgio Cabral de Sá
Presidente do Conselho de Administração

Guanabara Diesel S.A. Comércio e Representações
C.N.P.J. Nº 33.498.049/0001-75 NIRE:33300093885
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 06 DE MAIO DE 2024. DATA: 06 de maio de 2024, às 09:00 horas. LOCAL: Sede social à Avenida Brasil, nº 8255 - 2º Andar, Rio de Janeiro - RJ. **PRESEÇA:** Os Acionistas representando a totalidade do Capital Social. **MESA DIRETORA:** Sra. **ROSANE FERREIRA BARATA** - Presidente e o Sr. **ANTÔNIO PADUA ARANTES** - Secretário **CONVOCAÇÃO DOS ACIONISTAS:** Dispensada, de acordo com o disposto no Art. 124, §4º da Lei 6.404/76. **DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO:** As demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023 foram publicadas no dia 06 de maio de 2024 no Diário Comercial pág. B2, com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet, conforme disposto no artigo 289, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15/12/76. **DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, foram aprovadas: a) as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Diretoria referente ao exercício encerrado em 31/12/2023; b) foram distribuídos dividendos no valor de R\$33.202.000,00 (trinta e três milhões, duzentos e dois mil reais), deduzidos da conta de reserva de lucros, sendo o lucro do exercício destinado para a conta de reserva; c) não se elegeu Conselho Fiscal, por não ser permanente e não haver pedido para sua instalação; d) foram eleitos os seguintes membros Diretoria para o mandato **2024/2025: DIRETOR PRESIDENTE - JACOB BARATA FILHO**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 341.137.627-91, portador da Cédula de Identidade RG nº 02.654.554-1, expedida em 12/07/2010 pelo DETRAN/DIC/RJ, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Av. Brasil, nº 8.255, 5º andar - Ramos, Rio de Janeiro - RJ, CEP 21.030-000. **DIRETOR VICE-PRESIDENTE - ANTONIO PADUA ARANTES**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 027.206.987- 68, portador da carteira de identidade nº 01.887.056-8, expedida pelo DETRAN/RJ, residente e domiciliado na Rua Mesquita nº 11, Condomínio Malibu, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.793-297; e **DIRETOR SUPERINTENDENTE - GILSON MANSUR**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, inscrito no CPF/MF sob o nº 345.416.597-00, portador da cédula de identidade nº 2.734.202 IFRP-RJ, residente e domiciliado na Rua Isidoro Lopes, nº 470, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22.793-273, todos com mandato vigente até a publicação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) do ano de **2025**. Quanto aos honorários da Diretoria, foram fixados no valor global de até o limite máximo anual de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para os Diretores **ANTÔNIO PADUA ARANTES** e **GILSON MANSUR**, ficando Diretor **JACOB BARATA FILHO** sem remuneração por já receber honorários através de outras empresas do grupo. Estando presentes os Diretores, tomam posse e declaram a inexistência de quaisquer impedimentos legais para o exercício de seus mandatos, servindo a presente como termo de posse, inclusive. **ENCERRAMENTO:** Lavrada e lida foi a presente Ata aprovada por unanimidade e assinada por todos os presentes. **JACOB BARATA FILHO; DAVID FERREIRA BARATA; ROSANE FERREIRA BARATA; S&C21 PARTICIPAÇÕES S/A**, neste ato representada por **JACOB BARATA (JB2)** e **DANIEL FERREIRA BARATA; JACOB BARATA (JB2); e DANIEL FERREIRA BARATA**, bem como os Diretores. A presente é cópia fiel da lavratura original efetuada no Livro de Atas de Assembleias Gerais. Rio de Janeiro/RJ, 06 de maio de 2024. **ANTÔNIO PADUA ARANTES** - Secretário. Jucerja em 10/05/2024 sob o nº 00006229878. **Gabriel Oliveira de Souza Voi** - Secretário Geral.

PRINTER

para Oferta de Ações

A **Luz Capital Markets** oferece soluções completas para **IPO** e **FOLLOW ON**. Conta com mais de 400 ofertas e possui um time sênior com foco na agilidade.

◇ Prospecto e Offering Memorandum

◇ Formulário de Referência

◇ ITR e DFP

◇ Data Room Venue® by **DFIN**

◇ Atendimento 24h



www.luzcm.com

LUZ 50 anos
CAPITAL MARKETS

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B472-A84B-46B6-6574> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B472-A84B-46B6-6574



Hash do Documento

7B8711E1D5854046B54E26720FC1A01CC8A142528E50BE475FBBFCC58029067C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/05/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 10/05/2024 20:47
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

